

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

• **Amnistia** Há um novo espaço no ELO. A Amnistia Internacional, em Lisboa, tornou-se, a partir de agora, colaboradora permanente.

página 11

• **Évora** Faleceu o presidente da Direcção da Delegação de Évora. Manuel Gil dinamizou a Delegação nos últimos anos.

página 7

• **Porto** A Delegação do Porto viu realizado um sonho antigo. Ao fim de 23 anos, as instalações vão ser finalmente vendidas à ADFA.

página 6

• **Açores** Centro de Reabilitação para Deficientes no arquipélago cada vez mais perto de se tornar realidade.

página 4



ADFA



PORTE PAGO

Director: António Carreiro Ano XXIII Mensário, Outubro 1997 Nº268 Preço 140\$00

ADFA protesta contra composição do Conselho Nacional para a Reabilitação

Todos deficientes, todos iguais

Depois do alerta, a Direcção Nacional da ADFA passou à acção. Numa carta dirigida ao ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, ao secretário de Estado da

Inserção Social, Rui António Ferreira Cunha e ao secretário Nacional de Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, os responsáveis da Associação, além de mostrarem porque é que a composição do

Conselho Nacional para a Reabilitação não pensou na representação das associações com polideficientes, não admitem que a ADFA fique de fora e querem respostas. **páginas 16**

FOTOFIX RESERVADOS



Diário Notícias retrata conflito em África

Memórias da Guerra Colonial

página 8 e 9

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária Convocatória

Nos termos dos Artigos 28º e 29º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar no dia 15 de Novembro de 1997 (Sábado), das 9.00 às 19.00 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o triénio de 1997-2000.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede Nacional, Edifício ADFA, em Lisboa, nas instalações das Delegações e noutros locais decididos pelas Mesas de Assembleia Geral de Delegação e ainda nos Núcleos existentes.

Nota: O prazo para apresentação de listas termina às 18.00 horas do dia 10 de Outubro de 1997.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardo Maurício (Presidente)

Especial ELEIÇÕES

As eleições para os Órgãos Sociais Nacionais estão na ordem do dia. O aproximar da data marcada para a ida dos associados às urnas, aliado ao facto da abertura do período oficial para campanha eleitoral das listas concorrentes estar já à porta, levou o ELO a aumentar o número de páginas dedicado às eleições. Neste número, a secção especial, agora transformada em destacável,

ouviu: o presidente da Direcção Nacional, o presidente do Conselho Fiscal Nacional e os representantes das delegações no Conselho Nacional. Também não ficou de fora, o grupo de associados que tem vindo a reunir-se na Sede da ADFA, no sentido de debater ideias com vista à possível criação de uma lista concorrente.

destacável

Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA

Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),

Nuno Crespo,

Anabela Vieira (Porto)

Farinho Lopes (fotografia),

Maria José Carriço (secretariado)

COLABORADORES

Abel Fortuna, Armando Guedes da Fonte, Carlos Mendes, Carmo Vicente, Hugo Guerra, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, José Diniz, José Maia, José Monteiro, João Gonçalves, José Valente dos Santos, Lia Katoli, Patuleia Mendes, Sá Flores, Victor Sengo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Maquetagem

Miguel Peixe Dias

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura Cabral, 26 Algés. Tel. 4198065

Gravação do ELO sonoro: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinatura anual: 1 400\$00.

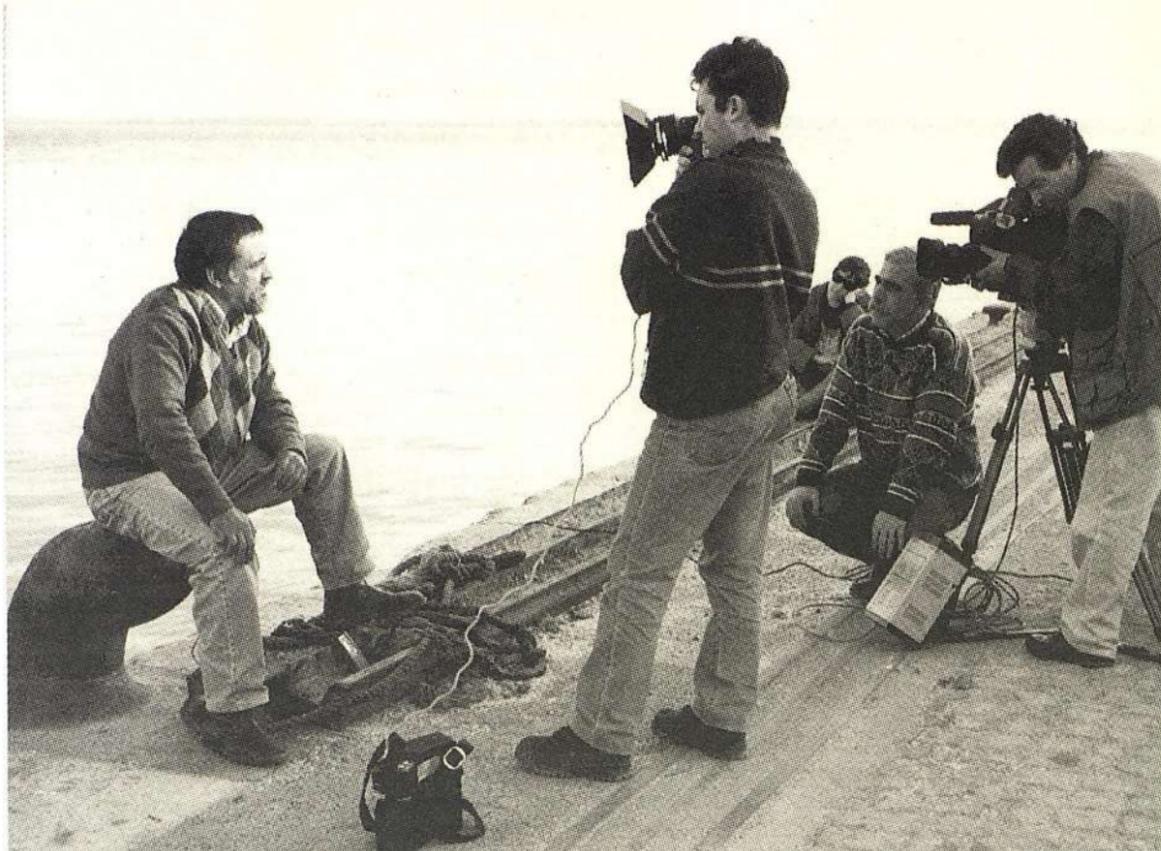
Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

9 500 exemplares

O ELO corrige

• Por lapso, na edição anterior do ELO, na secção "sócios falecidos", diz-se que o associado José Dias Alves residia na Baixa da Banheira, quando residia em Penhasco, Mação, deixando viúva Maria Florinda Marques Alves e dois filhos órfãos.



Em seis meses de trabalho, grande parte do tempo foi ocupado a filmar

Documentário sobre a Guerra Colonial aguarda apresentação

JÁ ESTÁ pronto o filme sobre a Guerra Colonial "O Grande Lagar da Ira". Um registo que pretende ser documento histórico sobre um dos acontecimentos mais marcantes da história recente de Portugal e que contou com a participação de muitos deficientes militares, com o apoio da ADFA e da RTP. Para trás ficaram seis meses de trabalho, o dilema na escolha das imagens - cerca de 80 horas de fita foram reduzidas a 50 minutos de filme -, e alguns problemas de natureza logística. Para Carlos Mendes, elemento da Direcção Nacional da ADFA que acompanhou o documentário desde o nascimento da ideia, o mais importante é que "os historiadores ficaram com

um documento vivo para poderem trabalhar sobre o que foi uma boa parte da saga de um milhão de portugueses durante os 13 anos da Guerra Colonial". Um trabalho que, acrescenta o mesmo responsável, só foi possível graças aos "verdadeiros artistas da história", aqueles que viveram o conflito, e também ao facto do realizador do documentário, António Faria, ter "conseguido ser fiel à ideia inicial", conclui.

No dia 24 de Setembro, alguns dirigentes da ADFA agradeceram pessoalmente ao presidente da RTP, Manuel Roque, a possibilidade da realização do documentário. Os mesmos elementos da Associação reafirmaram ainda dis-

ponibilidade para a realização de uma série televisiva de 13 episódios sobre o conflito. De acordo com Carlos Mendes, a hipótese de fazer uma série encontra fundamento no facto de "O Grande Lagar da Ira" mostrar apenas uma visão da guerra - a do lado português -, enquanto que através de vários episódios televisivos "seria possível fazer um trabalho mais completo, mais aprofundado", no fundo, sublinha, "fazer a catar-se da Guerra Colonial".

Depois de ter estado agendada para o dia 18 de Julho, e ter sido adiada, a apresentação pública do documentário aguarda agora marcação de nova data. • N.C.

Informações

Nova jurista

A funcionária da Associação, Maria Helena Martins Afonso, natural de Castelo Branco, que se encontra na ADFA há quase seis anos e tem desempenhado as funções de Técnica de Apoio Jurídico, terminou a sua licenciatura em Direito, na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em Julho último. A Direcção Nacional promoveu-a à categoria de Jurista, desde dia 1 de Setembro. A ADFA sempre lhe proporcionou as condições necessárias para a frequência do curso, integralmente efectuado em horário nocturno, facilitando a promoção e orgulhando-se, também, da valorização pessoal e profissional dos seus trabalhadores. Reconhecendo o mérito da funcionária a ADFA deseja a Maria Helena Martins Afonso votos de felicidades, na certeza de que irá continuar a dedicar à Associação o melhor do seu esforço e conhecimentos.

Boa forma com desconto

A Delegação do Porto estabeleceu um protocolo com o Health club da ESBUCatólica. Os sócios que se queiram ins-

Cartões GALP/ADFA

JÁ ESTÃO disponíveis na Sede e delegações os cartões GALP frota/ADFA. Assim, todos os associados ou familiares que aderiram ao novo sistema de pagamento de combustíveis, e que tenham urgência na sua utilização, podem dirigir-se ao local onde se inscreveram a fim de levantarem o cartão e o respectivo PIN - código de utilização. Caso contrário, os inscritos devem aguardar o envio do cartão através do correio informando, posteriormente, a Sede ou Delegação da sua recepção, só então será enviado o PIN. Para obter mais informações os interessados podem contactar Gustavo Leandro, na Sede, ou a Delegação onde se inscreveram. Ao contrário do que se previa inicialmente, o valor da dívida do utilizador passará a ser debitado, não na primeira semana do segundo mês após a compra, mas sim nos últimos 12 dias do mês imediatamente a seguir a aquisição do combustível. Desde a abertura das inscrições, em Junho, já aderiram ao sistema de combustível a crédito cerca de dois mil associados.



crever beneficiam de um desconto de 20 por cento, tendo apenas de se identificar como associados da ADFA e ter as respectivas cotas devidamente regularizadas.

Beneficiários ADME

Os associados beneficiários da ADME devem, com a maior brevidade possível, indicar o seu NIB - Número de Identifi-

1º sábado de cada mês

A Delegação de Évora organiza um almoço-convívio entre os seus associados. Para mais informações, e futuras inscrições, contactar Manuel Maria através do telefone: (066) 81 586 ou para o telefone da Delegação de Évora: (066) 23 473

15 de Novembro

Noite de fados em Aveiras de Cima, com a participação dos seguintes fadistas: Maria Luzia, Zé Miguel, António Catarino, Lurdes Amador, Luís Pimentel, Inês Duarte (Setúbal), Joaquim Júlio, Fernanda Santos, Joaquim Calisto, Gia Amador, Jorge Alberto e Zé Eduardo. Os fadistas serão acompanhados à guitarra por José Carlos Marona e à viola por Rui Girão. Os interessados em participar neste evento deverão contactar o Núcleo de Aveiras de Cima.

20 de Dezembro

À semelhança de anos anteriores, a Delegação de Coimbra, através da Secção de Dinamização Cultural e Desporto, vai organizar um almoço-convívio, em local ainda a designar. Para o efeito, os associados da Delegação devem fazer as suas inscrições pessoalmente ou por escrito.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Maria de Lurdes G. Tavares Lopes
- Nelson de Almeida Matos
- Jorge Paulo Oliveira Gomes
- Manuel Alexandre M. Cardoso
- Manuel Francisco
- António Carlos Pereira
- Amadú Jaló
- Domingos Gonçalves Barroso
- António dos Santos Sequeira

cação Bancária - a esse serviço de assistência médica, para que seja possível ser-lhes creditado o valor das participações em medicamentos, nas respectivas contas bancárias.

Instalações de Famalicão

As instalações da Delegação de Famalicão têm nova morada provisória. Qualquer contacto deverá ser endereçado a ADFA-Delegação de Famalicão, Centro Coordenador de Transportes, loja 5 e 6, 4760 V.N. de Famalicão. Quanto ao telefone, o número mantém-se: 052-32 28 48.

Descontos em pneus

A Delegação da ADFA no Porto assinou recentemente um protocolo com a empresa Foll Pneus. O acordo permite aos associados da ADFA beneficiarem de inúmeras vantagens, nomeadamente descontos até 35 por cento na compra de pneus novos ou 20 por cento na compra de acessórios auto. Os interessados em adquirir o cartão cliente Foll Pneus, devem contactar o gabinete de apoio aos sócios da Delegação do Porto.

Editorial

Mummy



António Carreiro

Recentemente, o mundo inteiro foi abalado pelo acidente que vitimou a "princesa do povo". Ficámos a saber que, emotivamente, as pessoas deste planeta são ainda capazes

de se unir à volta de ideais, no caso, mais ou menos difusos, simbolizados pela jovem bonita, inteligente e princesa.

O veículo desta atracção por Lady Diana foi a comunicação social, que a popularizou em todos os recantos e lhe fez a vida negra, assediando-a sem tréguas. A sua morte ficou envolta num mistério de responsabilidades que não se hesita em endossar aos "mass media", "maxime" com a condenação dos "paparazi".

Por sua vez, a princesa utilizou a comunicação social e mesmo os "paparazi" em seu proveito, a seu belo prazer.

Não posso aceitar, por hipócrita, a condenação de jornais e revistas feita pelo irmão, no próprio funeral, quando, ostensivamente, um cartaz, cuidadosamente preparado, sobre o caixão, aproveitava a reacção emocional do mundo com a simples palavra "mummy", através, claro está, da comunicação social.

Mudando de assunto para algo mais importante, também, não posso deixar de lamentar que tendo o ELO aberto uma secção especial dedicada às nossas eleições, este espaço não tenha sido bem acolhido, no sentido de levar o esclarecimento sobre divergências e discordâncias a todos os associados, sem excepção.

Alguns Conselheiros Nacionais, que, muito prezo, cordialmente, explicaram-me as razões da sua excusa de participação.

O ELO ouviu o Conselho Nacional por aí se encontrarem representadas várias sensibilidades da ADFA e entendeu ser seu dever levar ao conhecimento de todos os associados as posições de cada um.

A recusa assumida por alguns Conselheiros, precisamente da Lista Autónoma, que seria a de maior interesse, por apresentar visões diferenciadas das questões, impediu que os associados tivessem a possibilidade de analisar as diversas perspectivas, de forma aberta e transparente.

Tenho o máximo respeito pelos Conselheiros, mantendo mesmo relações de amizade com quase todos, contudo isso não me impede de expressar aqui a minha tristeza pela atitude assumida, por prejudicar os interesses dos associados e da ADFA.

Mama mia! •

Grande Plano



Depois de morta... foi rainha

Jaime Ferreri

Lembro-me dela. Em Angola, entre mutilados pelas minas da fraticida guerra entre irmãos, Diana Spencer, pedia ao mundo que parasse o negócio, que acabasse o fabrico da desumana arma que a mão do homem esconde no mesmo buraco onde uma espiga de promessa ajudaria a matar a fome. Os negros que a rodeavam na fotografia eram todos estropiados, apanhados na força traiçoeira duma mina. Não teve pejo de acusar de conluio os conservadores da sua pátria furando assim a regra de ouro da família real; imiscuir-se em política, mesmo que razões bastantes houvesse, não era praxis da corte. A distanciada educação da monarquia britânica afastava do povo os seus membros, formalizava por demais cada acto praticado, ao tirá-los até o humano direito de lágrima rebelde que um sentimento profundo exige ao mais ousado coração.

A princesa Diana rasgou as páginas desta civilidade formal, tornou-se mulher como as demais. Vulgarizou-se perante as câmaras de TV de todo o mundo ao confessar a sua infidelidade, ao afirmar, alto e bom som, que não era intocável. Deixou cair para o mundo a ideia de que era apenas mulher. Uma mulher com ânsias de liberdade, de desejo e de amor. Mesmo princesa procurava em desespero um príncipe encantado no desencanto dum casamento a três. Foi essa sinceridade tímida, para muitos apenas uma forma postiça de se assumir que a tornou única. Quem a desejou igual a Evita Peron, quem a sonhou na pele da Jackie Kennedy, quem lhe exigiu que copiasse Grace Kelly, não percebeu que a comunicação social, uma comunicação social deste tempo, poderosa e sófrega, a aproveitou da forma como ela era. Grande e vulnerável, amante e desiludida, com alegria de viver e melancólica, princesa e plebeia. Foi a princesa dum conto de fadas que também

do povo esse ser que gerou (príncipe William) e que cada vez mais parece ser o próximo rei de Inglaterra.

Acusar agora a mesma imprensa de a matar, exigir dos paparazzi a responsabilidade da sua morte, é a forma imoral de tirar ao mundo o horror de que é feito o próprio mundo. Ninguém matou Diana de Gales porque mesmo que a matassem o mundo provou que Diana não morreu.

soube ser lasciva, fascinante e maliciosa. Acusá-la de futilidade é hoje a forma simplista de ter inveja do mundo que o destino lhe reservou mas que ela soube colocar ao serviço de muitos desfavorecidos e deserdados da sorte.

Lady Di não era apenas a filha do Conde Spencer ou tão só a escolhida do príncipe de Gales. Ela foi claramente o pedaço de povo que a Inglaterra misturou na monarquia, ela foi a rebeldia que minou os Windsor, ela foi a forma de tornar mais próximo

do povo esse ser que gerou (príncipe William) e que cada vez mais parece ser o próximo rei de Inglaterra.

Os media, desde os jornais às revistas da moda, da televisão às publicações mundanas, dos paparazzi aos jornalistas da moral e do "seriozinho", tomaram em absoluto esta mulher. Ajudaram a moldá-la, provocaram o mundo para que a conhecesse, badalaram os seus feitos, minimizaram-lhe os defeitos. Para além de tudo ela também lhes pertence. Acusar agora a mesma imprensa de a matar, exigir dos paparazzi a responsabilidade da sua morte, é a forma imoral de tirar ao mundo o horror de que é feito o próprio mundo. Ninguém matou Diana de Gales porque mesmo que a matassem o mundo provou que Diana não morreu. E se "naquele engano da alma ledó e cego que a Fortuna não deixa durar muito" algo lhe tocou de herança então como Inês bastará dizer que pelos feitos gloriosos que o mundo (e não o seu príncipe) lhe atribuiu, Diana de Gales, Princesa do Povo, depois de morta... será rainha.

E que rainha! Não terá como Inês de Castro um mosteiro e a promessa cumprida de rei a servir de companheiro em dias longos de eterno amor. Deram-lhe uma ilha, uma infundável companhia de estrelas nos muitos milhões de príncipes com tantas lágrimas de despedida. Lágrimas também de amor como que a compensar o que em vida lhe foi adverso.

Não me interessa tanto que a sua morte tivesse salvado a monarquia britânica. Sei apenas que Diana de Gales viverá para além de Agosto de 1997 em cada criança salva da morte pelos donativos que o resto da vergonha dos homens transformará num hospital com o seu nome. O motivo é deveras nobre para termos orgulho de partilhar o mundo no seu tempo. •

Episódios



Todos fomos soldados

José Diniz

O assalto à base guerrilheira foi um sucesso. A surpresa foi total e fraca a reacção dos ocupantes. Pouco depois de iniciada a marcha de regresso, ouviu-se uma explosão, seguida de intermináveis segundos de silêncio, apenas quebrados por um passar de palavra a chamar o enfermeiro. Corri para a frente e deparei com o nosso capitão encostado a uma árvore sangrando de pequenos ferimentos em todo o lado direito do corpo. Igualmente feridos estavam os dois guias, mas também sem gravidade, pensei.

O capitão, que em toda a acção revelara uma extraordinária coragem encabeçando o grupo de assalto, disse que se sentia capaz de fazer a longa caminhada sem qualquer apoio. A mesma disposição manifestaram os guias e lá reiniciámos a marcha. Cerca de uma hora depois, o capitão desmaia e perde a consciência. Num maca improvisada com paus e panos de tenda, transportamo-lo através de mata cerrada durante todo aquele dia e a manhã do dia seguinte até chegarmos à picada onde nos aguardavam as viaturas. Aquela noite foi de autêntico peso-delo e todos nos sentimos impotentes para aliviar o sofrimento daqueles três homens.

Evacuados para Nampula, os guias recuperaram bem dos ferimentos sofridos. Os minúsculos estilhaços que atingiram o cérebro do capitão provocaram-lhe uma amnésia total, de que levou anos a recuperar.

Este capitão era do quadro permanente. Eu era alferes miliciano e, deste oficial como de tantos outros militares do QP, guardo a maior estima e amizade. De outros nem tanto, como também de camaradas milicianos como eu. Estes dois tipos de sentimentos também terão experimentado muitos dos que andaram naquela guerra. O que não podemos é transferir rancores para quem não os merece e, o que ainda é mais lamentável, guardar esses rancores antigos e despejá-los, ainda hoje, em reuniões associativas. Esses fantasmas já deviam estar exorcizados de vez e a ADFA não é lugar para discutir se quem fez a guerra foi o soldado, o miliciano ou os "chicos". Para os problemas que temos para resolver isso não tem qualquer relevância e é um desperdiçar gratuito de energias.

Todos não somos demais para colaborar no esforço comum sem olhar se quem está ao nosso lado foi coronel, sargento ou soldado, é doutor ou varredor, é deficiente em campanha, em serviço ou nem uma coisa nem outra.

Estas atitudes discriminatórias e por vezes inamistosas só causam mal-estar e afastam associados que poderiam (e alguns até desejam) ser bons colaboradores na defesa dos nossos direitos e na resolução dos nossos problemas: os actuais e os que nos esperam a todos, sem excepção, na velhice que se aproxima a passos largos.

Nas matas africanas, especialmente nas situações difíceis, o esbatimento das diferenças e o sentido de irmandade foi muito forte. E quantas vezes era o oficial ou o sargento a rever-se no soldado para bem comandar.

Posso dizer que devo a vida aos homens que comandeí na guerra, onde todos fomos soldados. Não vamos agora consumir o que ficou das nossas vidas e o que delas ainda resta em campanhas sem sentido e em discussões inúteis. •

Delegação do arquipélago prepara-se para concretizar sonho antigo

Centro de reabilitação para deficientes avança nos Açores

Nuno Crespo*

Por proposta da ADFA a Região Autónoma dos Açores poderá ter em breve um centro de reabilitação para deficientes. As negociações entre a Associação e o Governo Regional estão bem encaminhadas e já existe local para a sua instalação. A concretizar-se a criação do centro de reabilitação, a Delegação da ADFA dos Açores vê assim realizado um sonho antigo e os deficientes açoreanos que necessitam de adquirir uma prótese, uma ortótese ou qualquer outro tipo de ajudas técnicas deixam de ter que viajar para o continente.



Um espaço amplo e calmo caracteriza o local escolhido para a instalação do Centro de Reabilitação

A ausência de apoio ortopédico e de fornecimento de ajudas técnicas aos deficientes motores dos Açores há mais de 10 anos que preocupa os responsáveis da Delegação da ADFA, quer numa perspectiva dos interesses dos seus associados, quer no interesse de outras pessoas com deficiência na região. O facto de não existir nos Açores nenhuma resposta para o fornecimento de próteses, ortóteses ou outro tipo de ajuda, bem como para a reparação das que se adquirem no continente, acarreta custos financeiros elevados em média cada deslocação ao continente tem um custo para a região que ronda os 500 contos, com viagem e alojamento e afecta gravemente a qualidade de vida das pessoas, que se resignam perante as dificuldades e recusam a utilização de meios de compensação às suas limitações físicas.

Jaime Leite Domingues, presidente da Delegação dos Açores, há já muito que procurava "sensibilizar os

dirigentes da ADFA, em Lisboa, para o problema dos deficientes militares sem apoio especializado nas ilhas", no entanto, só nos últimos anos a Direcção Nacional da Associação se interessou pelo problema apoiando a iniciativa da Delegação. Leite Domingues, acredita que, "se tudo correr bem, já no próximo ano o Centro de Reabilitação dos Açores (CRA) será uma realidade". Para a implementação e gestão do projecto, o CRA conta com o apoio de um centro de reabilitação que a Associação possui no continente, o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Uma área com mais de 1000 metros quadrados, com zona de lazer e estacionamento é o local escolhido para a implementação do CRA, oferecendo excelentes condições para a viabilidade do projecto. Será também neste espaço que funcionará a sede da Delegação, um local que esta desonhecia que estivesse disponível e que foi sugerido pelo próprio Governo Regional dos Açores. Para que a

iniciativa avance, a Delegação dos Açores ficou de apresentar um projecto ao Governo Regional. Uma vez ultrapassada esta fase, será assinado um protocolo entre a Associação e o Governo.

Quadro negro

A Organização Mundial de Saúde estima em 10 por cento a população deficiente no mundo, dado que a Região Autónoma dos Açores tem uma população que ronda os 250 mil habitantes e, uma vez que se estima que o grupo de deficientes motores carecido de apoio técnico rondará os quatro por cento, conclui-se que cerca de 10 mil pessoas necessitam de apoio. Ao grupo de deficientes que carece de respostas permanentes, haverá que acrescentar as pessoas que pontualmente carecem de ajuda especializada, na sequência de acidentes e afecções pontuais e reversíveis.

Segundo dados recentes, o Hospital de Ponta Delgada tem por mês en-

tre 18 a 20 casos de amputação e outras afecções de membros inferiores que necessitam de soluções ortopédicas e os hospitais de Angra e da Terceira terão por mês cerca de 15 casos do mesmo tipo. A região tem então um ritmo de novos utentes com necessidade de recurso a serviços e produtos ortoprotésicos que ronda os 35 por mês, além das amputações do membro superior, embora em muito menor número.

De acordo com uma outra estimativa, apenas cerca de 60 por cento desses casos procuram solução e são enviados para o continente, ficando os outros 40 por cento arredados dessas soluções, normalmente por falta de iniciativa ou porque entendem difícil o processo e a deslocação a que teriam de se sujeitar. Assim os problemas de funcionalidade que afectam as pessoas com deficiência motora e física em geral, de origem congénita ou adquirida na sequência de acidentes ou doenças, não são os únicos. Ao nível das pessoas com defi-

ciência adquirida que são a maior parte do grupo e que está em crescimento contínuo esta coloca graves problemas no plano psicológico, familiar e profissional.

Apoio global

A reabilitação e integração destas pessoas pressupõe assim necessariamente que sejam trabalhados os aspectos físico-funcionais, psicossociais e profissionais, garantindo uma intervenção integrada que apoie a pessoa na sua globalidade. A informação é um bem essencial para a qualidade de vida das pessoas, relativamente às pessoas com deficiência a informação é ainda mais importante, pois tem mais problemas e ao mesmo tempo tem menos oportunidades do que os outros cidadãos.

O Centro de Reabilitação dos Açores pretende proporcionar aos deficientes motores açoreanos apoio em três áreas distintas: primeiro a reabilitação físico-funcional (estudo e prescrição de próteses, ortóteses e outras ajudas técnicas; fornecimento das ajudas; treino, motivação e acompanhamento). Segundo, a reabilitação profissional (encaminhamento para as estruturas de formação profissional; formação em posto de trabalho; apoio na criação do próprio emprego) e por último, informação e aconselhamento sobre recursos e encaminhamentos; adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitectónicas.

Além dos serviços técnicos o CRA terá ainda um serviço de alojamento para apoio a utentes das outras ilhas e dos serviços de apoio geral. O CRA pretende, por um lado, ser um projecto de intervenção o mais desinstitucionalizado possível, mobilizando ao máximo os recursos da comunidade e os processos sociais que podem existir no processo de reabilitação e pelo outro, aproveitar o próprio espaço para desenvolver trabalho que não pode ser efectuado no exterior ou trabalho de mediação e articulação com a comunidade.

*Com Jerónimo de Sousa (director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia)

Secretariado de Reabilitação promove acção sobre novo decreto

Acessibilidade para todos

SENSIBILIZAR AS autarquias para a necessidade da eliminação progressiva das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios e espaços públicos e dar conhecimento aos técnicos camarários do decreto-lei 123/97, Normas Técnicas sobre a Acessibilidade, foram os principais objectivos da acção de informação "Acessibilidade para todos" realizada pelo Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), dia 30 de Setembro, no auditório da ADFA.

O decreto-lei determina um conjunto de normas técnicas destinadas

a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios públicos, equipamentos de utilização colectiva ou na via pública e entrou em vigor no dia 22 de Agosto mas, segundo Julieta de Vasconcelos, assessora do SNRIPD, para que as atitudes face ao problema da acessibilidade mudem realmente continua a ser importante promover o debate, sensibilizando todos intervenientes para a necessidade de mudar as mentalidades: "é preciso dar um conhecimento directo do decreto-lei aos técnicos das autarquias, ouvir opiniões e recolher testemunhos."

O diploma prevê que as normas técnicas terão que ser aplicadas nos edifícios já existentes num prazo de sete anos, excepto se a instalação "origine situações de difícil execução, exija a aplicação de meios económico-financeiro desproporcionados ou afecte sensivelmente o património cultural". Todos os edifícios, que respondam às novas normas, passarão a ter um símbolo internacional.

Na prática a aplicação do decreto-lei destina-se a lares de idosos, centros de saúde, escolas, terminais de transportes, passagens rodoviárias, estações de correio, bancos, compa-

nhas de seguros, museus, teatros, cinemas, bibliotecas públicas, recintos desportivos, espaços de lazer, estabelecimentos comerciais, hotéis, igrejas e parques de estacionamento. As faltas, tanto na aplicação das normas às estruturas já existentes como nas novas construções, serão punidas com coimas que podem ser de 50 a dois mil contos. A fiscalização do cumprimento das normas técnicas compete às entidades licenciadoras. Uma situação que pode ser alterada brevemente, pois prevê-se a criação de uma estrutura fiscalizadora independente das entidades licenciadoras.

Na acção de informação "Acessibilidade para Todos" do Secretariado Nacional de Reabilitação, participaram cerca de 30 representantes de autarquias a sul de Leiria, como por exemplo, Câmara Municipal de Lisboa, Amadora, Cascais e Vila Franca de Xira. Julieta de Vasconcelos só lamenta que algumas câmaras não tenham enviado qualquer representante para participar num colóquio sobre temas "tão importantes para a mudança de mentalidade da sociedade, em relação aos problemas dos deficientes".

Nuno Crespo

A GUERRA COLONIAL EM FASCÍCULOS

Diário de Notícias

Um jornal ao serviço do leitor

**PORQUE SÓ EXISTE UMA COISA
MAIS TERRÍVEL DO QUE UMA
GUERRA. FAZER DE CONTA QUE
ELA NUNCA ACONTECEU.**



A GUERRA COLONIAL EM ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE.
FASCÍCULOS GRÁTIS

AOS DOMINGOS NO DN.

Debatida apresentação de lista A

OS ÓRGÃOS Nacionais da ADFA, reuniram-se no dia 6 de Setembro, nas instalações do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), com o objectivo de debater a viabilidade da apresentação de uma lista candidata às próximas eleições, que terão lugar no próximo dia 15 de Novembro.

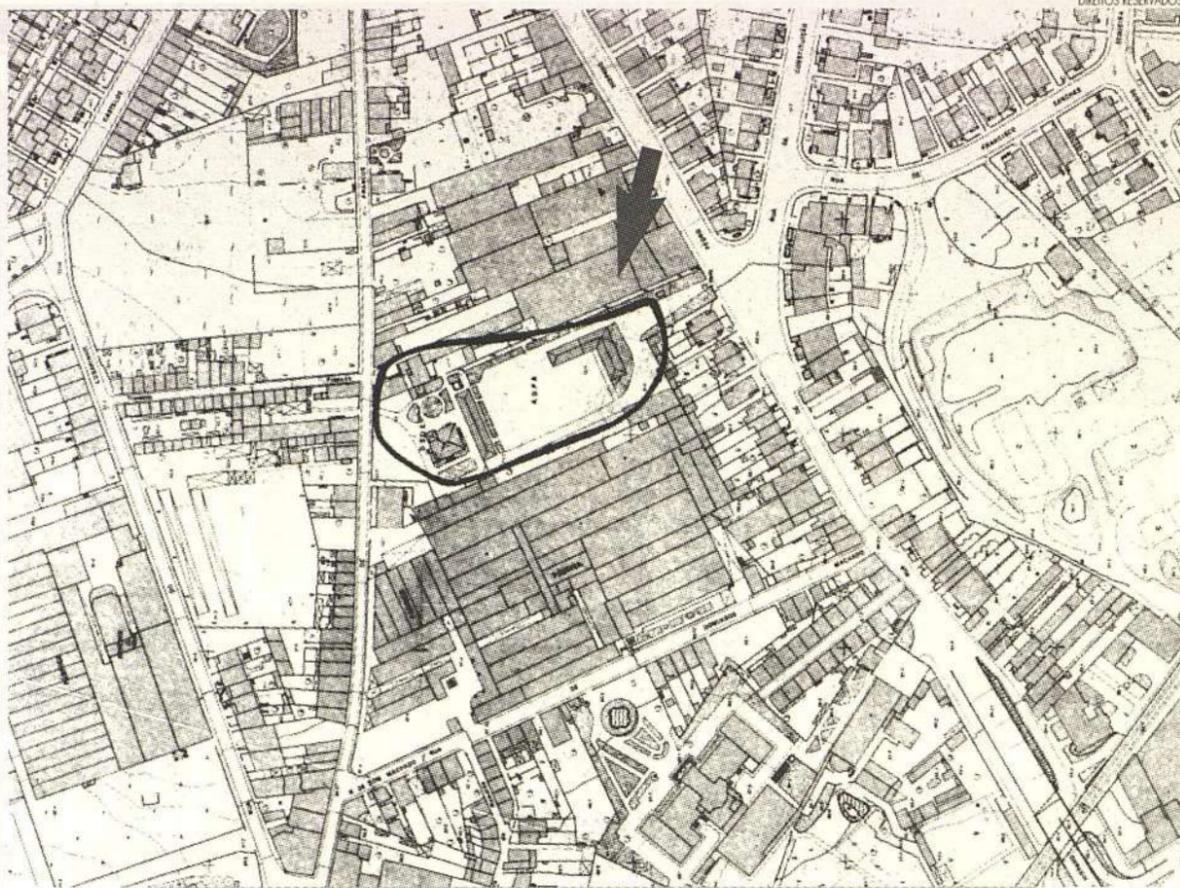
Após uma reflexão sobre o mandato que está prestes a terminar, Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional, afirmou que "o projecto associativo, que os actuais órgãos iniciaram, não está de forma alguma concluído", no entanto, o dirigente sublinhou que o projecto está no bom caminho, uma vez que "as críticas que por vezes são feitas, são insignificantes" e concluiu dizendo "ainda não ouvi críticas de fundo".

Feita uma consulta aos elementos dos Órgãos Nacionais (Mesa da Assembleia Geral; Conselho Fiscal Nacional e Direcção Nacional), a maioria mostrou-se disponível para dar continuidade ao projecto em curso desde há cerca de dois anos. A actual Direcção mostra-se especialmente preocupada com o futuro dos associados, daí que questões como a terceira idade e a melhoria dos serviços clínicos sejam consideradas prioritárias e, por isso, deverão ter uma resposta "o mais positiva e eficaz possível". Humberto Sertório sublinha que "não estão em causa as pessoas, mas o futuro da Associação" daí a importância de uma recandidatura. •

Reivindicações no bom caminho

CATARINO SALGADO, membro da Direcção Nacional, reuniu no dia 6 de Setembro com os sócios da Delegação do Porto, a fim de dar a conhecer a posição em que se encontram as negociações com o Ministério da Defesa Nacional.

Problemas relacionados com a situação dos deficientes em serviço, das viúvas e dos deficientes sem nexo de causalidade, poderão estar em vias de ser resolvidos. A última reunião da ADFA com o Secretário de Estado da Defesa, foi, segundo Catarino Salgado "muito produtiva". As negociações, ao que tudo indica, saíram do impasse em que se encontravam e poderá estar para breve a saída de legislação que resolva a questão das viúvas que não têm direito a pensão de preço de sangue; da acumulação de pensões para os deficientes em serviço que sejam funcionários públicos. A situação dos deficientes sem nexo de causalidade está também a sensibilizar os responsáveis do Ministério, no entanto o processo ainda se encontra em negociações. Apesar da incerteza em torno do assunto, a resolução destes problemas poderá estar para breve. •



A principal mais-valia das instalações da Delegação do Porto é o facto de se situarem no centro da cidade

Objectivo concretizado ao fim de 23 anos

Delegação do Porto adquire instalações a título definitivo

A DELEGAÇÃO do Porto vai finalmente tomar posse, a título definitivo, das instalações que já ocupa desde a sua fundação em Dezembro de 1974. Após anos de negociações com a Direcção Geral do Património, o Governo, através do Ministério das Finanças, publicou a portaria que confere à ADFA a cessão dos prédios que ocupa na rua Pedro Hispano e na rua de Francos.

O presidente da Delegação do Porto, Abel Fortuna, mostra-se bastante satisfeito com a atitude do Governo e afirma que "a decisão vem concretizar um sonho com mais de vinte anos". O responsável da Delegação refere ainda que "além do valor patrimonial, existe também um grande valor afectivo" e lembra que "foi nestas instalações que nasceu a oficina de próteses que, posteriormente, e devido à sua envergadura, passou para Vila Nova de Gaia e deu lugar ao que é hoje o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia".

As instalações da Delegação do

Porto sempre foram objecto de luta por parte de várias entidades, no entanto, a ADFA conseguiu fazer valer o seu ponto de vista, levando o Governo a reconhecer o importante papel que esta instituição tem vindo a desempenhar no que respeita a reabilitação e reintegração profissional e social dos deficientes militares.

Os projectos, há muito adiados, por força das circunstâncias, vão agora poder ser postos em prática. Relativamente ao serviço de atendimento aos sócios, as alterações não irão ser muitas, uma vez que, a avaliar pelo resultado de um inquérito aos associados, este serviço tem funcionado de forma bastante eficiente. À semelhança da Sede Nacional, está prevista a prestação de serviços clínicos, com um posto de enfermagem e dois consultórios médicos. No edifício pré-fabricado irá funcionar um ginásio com sala de aparelhos, sauna, banheiros e piscina terapêutica.

No sentido de dar um carácter prático ao projecto dos actuais Ór-

gãos Nacionais, no que concerne à terceira idade, está também prevista a construção de um centro de acolhimento e lazer. Um outro antigo objectivo, o da criação de um Centro Documental e de Estudos sobre a Guerra Colonial, poderá agora tornar-se realidade. Segundo Abel Fortuna "é extremamente importante a criação deste centro, uma vez que ainda estamos a tempo de recolher material e depoimentos das pessoas que tiveram uma intervenção directa na questão da Guerra Colonial". Neste centro irá funcionar uma mediateca, uma sala de consulta de documentos, um auditório com capacidade para 200 pessoas, uma sala de áudio, uma sala de vídeo e uma galeria para exposições.

Tanto sócios como dirigentes reconhecem que o projecto é de grande envergadura, no entanto, não deixam de afirmar que a ADFA "tem força suficiente para prosseguir com os seus objectivos". •

Anabela Vieira

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

José dos Santos Lopes

Sócio nº 9955
54 anos
Faleceu no dia
12/07/97



Residia em Santa Maria dos Olivais/Lisboa, deixa viúva Maria de Lurdes Garcia Tavares Lopes e dois filhos. Com 65% de incapacidade teve acidente em Moçambique, resultando lesões traumáticas dos nervos radiais.

José Augusto Torres Pereira

Sócio nº 6249
51 anos
Faleceu no dia
05/07/97



Residia em Barroelas/Viana do Castelo e deixa viúva Olívia da Conceição M. Martins e 1 filho. Teve acidente na ex-PU de Cabo Verde em 1971, ficando com 40% de incapacidade.

Damião António da Devesa Araújo

Sócio nº 2322
46 anos
Faleceu no dia
25/10/94



Residia em Vila Praia de Âncora/Caminha e deixa viúva Maria da Glória Vilar de Amorim Araújo. Era associado GDFA, com 76% de incapacidade teve acidente na ex-PU de Moçambique em 1971.

Serviços na Delegação do Porto

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr.ª. Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO

DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO



Evasão

Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução. Venda de veículos novos e em segunda mão. Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS. Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFA - Alberto Pinto tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7

Faleceu o presidente da Delegação de Évora

FALECEU NO dia 28 de Setembro, o presidente da Delegação de Évora, Manuel Teixeira Gil, vítima de doença prolongada. Sócio da ADFA desde 1983, Manuel Gil foi um dos principais responsáveis pela dinamização introduzida na Delegação de Évora, nos últimos anos. Natural de Castelo Branco, Manuel Gil cumpriu cinco comissões em Angola quatro das quais nos comandos. O associado deixa viúva Maria Teresa Gil e um filho órfão.

Em Junho de 1987 o Manuel Teixeira Gil integrado numa lista de associados, foi eleito para a Direcção da Delegação de Évora.

Na ocasião, a situação desta Delegação era particularmente difícil.

Paciente, mas teimosamente, o Gil e a equipa eleita iniciaram a reconstrução da imagem da ADFA em Évora, o saneamento financeiro da casa e a dinamização dos associados do Alentejo.

O seu perfil de militar íntegro e dedicado ao seu trabalho fez com que a pouco e pouco a Associação voltasse a ser um esteio forte na defesa dos direitos dos deficientes militares.

Neste percurso foi necessário procurar novas instalações para a ADFA em Évora, o que foi conseguido, após um trabalho duro junto dos responsáveis militares.

Hoje podemos entrar naquela casa e sentir que estamos na ADFA.

Por vezes havia divergências de opiniões sobre os destinos e o modo de funcionamento da Associação. O Gil era teimoso mas de uma grande frontalidade. Temos de reconhecer que a sua dedicação e generosidade ao serviço da ADFA eram muito grandes. Por tudo o que fizeste pelos deficientes militares do nosso País, o nosso reconhecimento e gratidão.

Descansa em Paz, caro amigo. •
Catarino Salgado



Convívio associativo em Valado de Frades

A MANHÃ de 20 de Setembro levou ao pinhal, localizado em Valado de Frades, junto da linha férrea, mais de 80 associados e familiares que ali conviveram e se divertiram num picnic, organizado pelos membros mais activos do núcleo de Alcobaca. Logo antes do almoço, o elemento da DN, Luís Machado, que levou ao evento a Associada, enfermeira pára-quadista Ivone, juntou-se aos presentes, residentes naquela região.

Da parte da tarde, depois de satisfazerem compromissos associativos, em Lisboa, chegaram ao local, sem ser esperados, mais quatro elementos da DN, dois do Conselho Fiscal Nacional e dois da Delegação de Coimbra, o que constituiu visível satisfação para os associados.

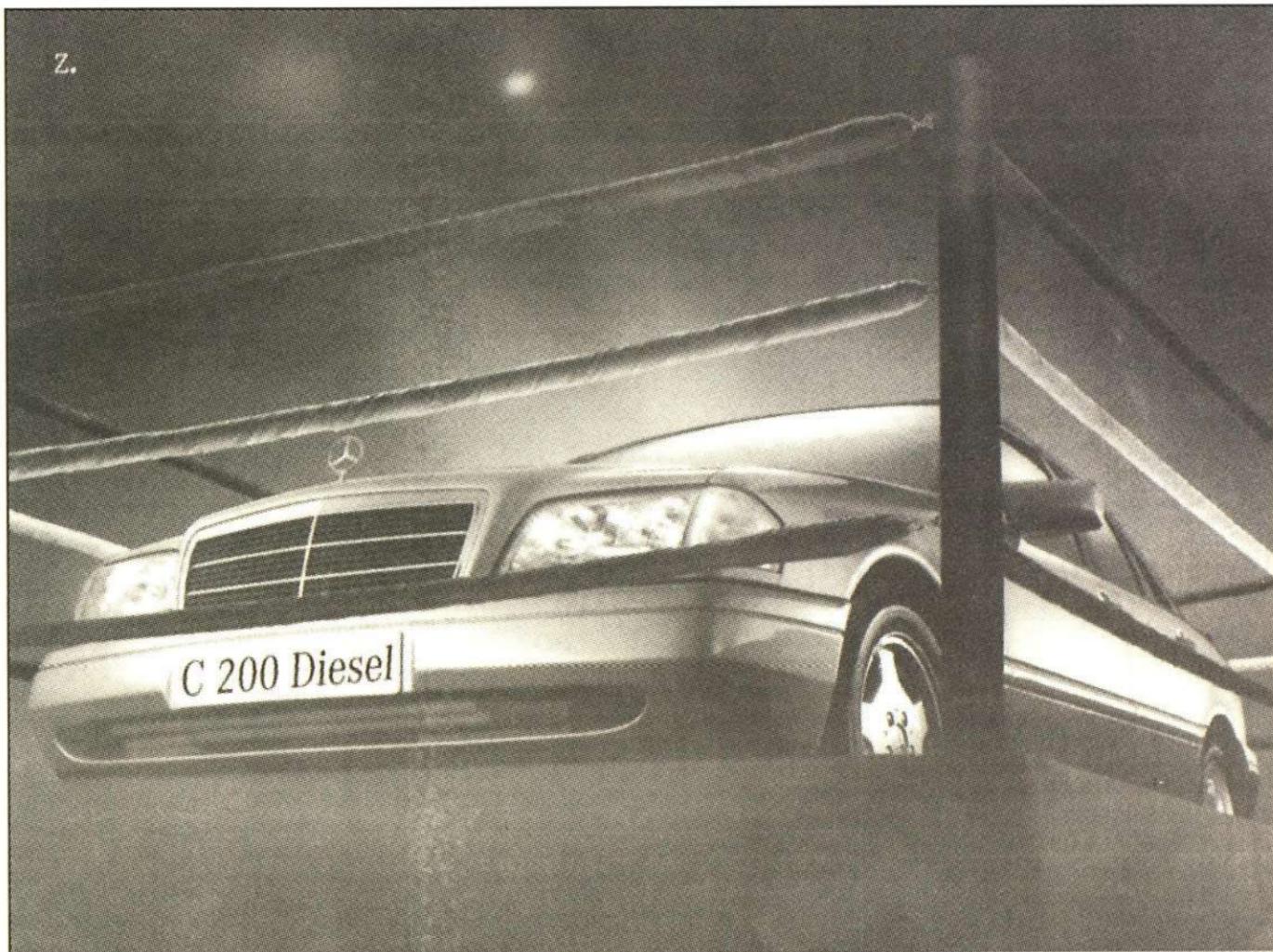
Após algumas palavras do membro do Núcleo, Sílvio Lourenço, falou o presidente do executivo nacional, Humberto Sertório, que realçou os elementos mais significativos da actividade e reivindicação da ADFA. Seguiu-se o momento de debate e intervenções, por parte dos sócios, os quais assentaram a tónica no facto de a associação ter que garantir a manutenção de todos os direitos, consignados na legislação dos deficientes militares, designadamente no que respeita à assistência médica, hospitalar e medicamentosa.

O encontro decorreu de uma forma animada devido à participação dos associados, obrigando os responsáveis associativos a trazer em que pensar, para Lisboa, e renovando a crença dos sócios da zona de Alcobaca de que os seus anseios e direitos não serão negligenciados. • P.M.

LEIA, É PARA SI

Tem problemas de coluna?
Má circulação?
Sofre de enxaquecas?
Reumatismo e caimbras?
Cansaço físico e dorme mal?

Melhora a sua saúde fazendo um tratamento. Em sua casa todos os dias. Toda a vida sem perder tempo. Telefone para o nº (039) 811 053 e peça uma demonstração do aparelho de saúde, sem qualquer compromisso.



Novo motor C200 Diesel. 4 válvulas e 88 cavalos prontos para o que der e vier.

► A Mercedes-Benz preparou para o mercado nacional um motor diesel de combate. Um motor exclusivo para o nosso mercado que já deu no passado grandes provas nas estradas portuguesas. É o regresso do agora musculado motor de dois litros com 88 cavalos que equipa os modelos C 200D e C 200D Station.

► Não é de agora que a Mercedes-Benz ganha por "Knock-out" o campeonato de motores diesel. A técnica de 4 válvulas, desenvolvida pela engenharia Mercedes-Benz vem exibindo, ao longo de vários anos, vantagens que deixam a concorrência "K.O.": um elevado binário em toda a gama de rotações, uma maior potência, redução em cerca de 15% de emissão de gases de escape e garantia de maior longevidade.

► Mas o dado mais importante é a economia. É que estes novos modelos da Mercedes consomem 6,8 litros aos 100 Km (a uma velocidade média de 120 Km/h), tornando-se num verdadeiro tormento para os gasoleiros.

Classe C Limousine e Station
Desde 4.638 contos
(sem impostos)

Venha vê-lo no Concessionário



MERCAUTO, LDA.

Rua de Campolide, 437 (sete Rios), 1070 Lisboa
Salão de vendas: Tel: 726 47 60 • Recepção de veículos: 726 90 58
Venda de peças: Tel: 726 34 34 • Fax: 726 94 88
Geral: Tel: 726 25 65 • Fax: 726 94 90
Salão de vendas aberto aos Sábados.



Muitas das fotografias utilizadas ao longo dos 52 fascículos pertencem a arquivos pessoais

Diário de Notícias lança fascículos sobre conflito no Ultramar

Coleccionar a Guerra Colonial

FARINHO LOPES

Nuno Crespo

"Só existe uma coisa mais terrível do que uma guerra. Fazer de conta que ela nunca aconteceu". Esta é uma das frases que o Diário de Notícias escolheu para publicar o seu último trabalho de colecionáveis: a Guerra Colonial em fascículos. Uma obra sobre um dos acontecimentos mais marcantes da história recente de Portugal que pretende levar o tema ao grande público.

Desde o dia 21 de Setembro, o Diário de Notícias tem vindo a publicar, todos os domingos, um trabalho sobre a Guerra Colonial. Ao todo são 52 fascículos colecionáveis que abordam a guerra que Portugal travou em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, entre 1961 e 1974, e que contribuiu de forma significativa para o 25 de Abril. Os objectivos da obra passam pela criação de algo onde todos aqueles que viveram a guerra, directa ou indirectamente, se possam rever, explicando com naturali-

dade aquilo que se passou, sem, no entanto, cair num aprofundamento exaustivo do conflito.

Para os autores dos fascículos, Aniceto Afonso e Carlos de Matos de Gomes, dois oficiais do Exército que combateram em África (ver caixa), o trabalho pretende principalmente divulgar o conflito, optando por uma nova abordagem que permita a compreensão dos factos ao maior número possível de pessoas, iniciando um debate que, segundo Aniceto Afonso, "tarda em ser aberto". "A perspectiva desta obra é em termos geracionais", acrescenta Matos Gomes, que sublinha a importância de "deixar às gerações mais novas uma ideia daquilo que foi a Guerra Colonial. O conflito em si não foi nada de especial. Era uma guerra de guerrilha, de libertação das colónias", explica.

A preocupação de fazer uma história da Guerra Colonial, simples, objectiva, geral e acessível a todos os que se interessam por este período da história portuguesa, levou os autores a debruçarem-se sobre determinados aspectos em detrimento de outros. "Não fizemos juízos de valor. Procurámos ser o mais objectivos possível, sem grandes deambulações históricas ou sociológicas, privilegiando os aspectos militares", esclarece Aniceto Afonso.

Fazer a história de um guerra implica dificuldades muito próprias, pois existem sempre limitações oficiais e administrativas. No entanto, no caso da

história da Guerra Colonial essas dificuldades são acrescidas, uma vez que a curta distância no tempo face ao conflito torna a análise dos factos mais difícil, e se por um lado a proximidade face à geração que viveu o conflito oferece vantagens na recolha de informações, pelo outro, é também factor de distorção dos acontecimentos.

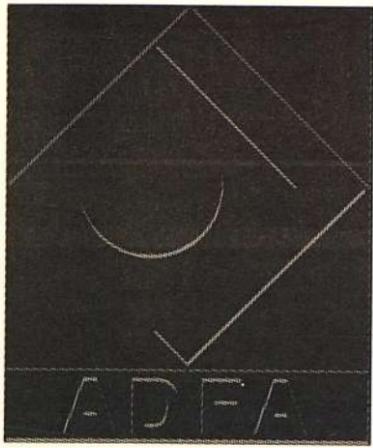
Jornalismo também é História

Apesar de reconhecerem que a distância em relação aos factos históricos "é ainda insuficiente", os autores dos fascículos do Diário de Notícias, consideram que tal "não é desculpa para não se investigar a Guerra Colonial à semelhança do que acontece no Estados Unidos". Aniceto Afonso afirma mesmo que com esta mentalidade "nunca se pode fazer nada, pois a História está sempre incompleta. Esta começa-se a fazer no dia seguinte". A propósito, o ex-militar lembra ainda que "o Jornalismo é a primeira forma de se escrever a História".

Ao elaborarem este trabalho, durante dois anos, os autores recorreram a várias fontes: tanto ao grande número de arquivos pessoais postos à sua disposição, como aos arquivos oficiais e alguns elementos dos movimentos de libertação, tudo isto aliado à experiência pessoal dos próprios investigadores. "Nós fizemos a guerra, conhecemos os movimentos de libertação, sabemos co-



Os coronéis autores da obra: Matos Gomes e Aniceto Afonso



Especial ELEIÇÕES

Suplemento dedicado às eleições nacionais para os Órgãos Sociais no dia 15 de Novembro 1997

Presidentes da Direcção Nacional e do Conselho Fiscal, entrevistados pelo ELO

Órgãos diferentes, objectivos iguais

A pouco mais de um mês das próximas eleições para os Órgãos Sociais da ADEFA, o ELO falou com o presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório, e com o presidente do Conselho Fiscal Nacional,

Hugo Guerra. Em ambas as entrevistas, os dirigentes defendem a importância das eleições de 15 de Novembro para o futuro da Associação bem como a necessidade de alterar a mentalidade na forma de

encarar e resolver determinados problemas dos deficientes militares. Apesar de nem tudo ter corrido bem nos órgãos que presidem, os presidentes fazem um balanço positivo dos mandatos. *página II e III*

FARINHO LOPES



Grupo equaciona possível candidatura

Mais de 20 associados estiveram presentes numa reunião aberta dia 5 de Setembro, no auditório da Sede da ADEFA, em Lisboa. Organizada por um grupo de associados que tem participado nos jantares-convívio, já noticiados no ELO, a reunião surgiu em virtude de alguns elementos da Direcção Nacional terem contactado o associado José Arruda para debaterem questões relativas à eventual participação dele e de outros elementos ligados ao "grupo dos jantares" numa possível lista candidata aos Órgãos Nacionais da Associação. A reunião acabou por se revelar relativamente inconclusiva, quer pelo facto de se desconhecer se os actuais Órgãos apresentariam uma lista A, quer porque faltava ainda realizar-se, dia 19 de Setembro, um jantar-convívio.

Os principais intervenientes (Katali, Gabirro, Raimundo, Calvino, Arruda, Hugo Guerra, Catarino Salgado, Inácio, Roque, Carmo Vicente, Adérito Necho, Lomelino, Portela, Lavoura Lopes) expuseram diversos pontos de vista, tendo mesmo sido avançada uma proposta de constituição de uma Comissão que viesse a escolher três associados que aceitassem a incumbência de vir a formar uma lista pelos Órgãos Sociais Nacionais.

Notou-se no tom das intervenções que alguns associados procuravam a realização de um consenso para se atingir uma lista única e que outros associados preferiam que se avançasse para a constituição de várias listas. Alguns sócios, manifestaram ainda a sua disponibilidade para participarem em órgãos ao passo que outros afirmaram-se indisponíveis, sendo preocupação de todos que a ADEFA venha a ter um corpo social capaz e coerente com os objectivos dos deficientes militares.

No jantar-convívio, de 19 de Setembro, foi apresentado um documento com 21 pontos, intitulado "Princípios Fundamentais de Acção Associativa", como base de partida para a elaboração de um programa de uma lista candidata aos Órgãos Nacionais. • A.C.



Tanto em reuniões, como em jantares, as eleições de 15 de Novembro, têm mobilizado associados para o debate de ideias

Presidente da Direcção Nacional, em entrevista ao ELO

“A Associação não pode limitar-se a reivindicar por reivindicar”

HUMBERTO SERTORIO envolveu-se no processo que levou ao nascimento da Associação em 1974, no anexo do Hospital Militar Principal, participando algum tempo depois na primeira grande reunião no Pavilhão Carlos Lopes, faz parte da Direcção que constitui a legislação da ADFA, tendo sido um dos outorgantes da criação da Associação em Diário da República. Ao fim de 12 anos afastado, regressa em 1995 e nas últimas eleições intercalares assume os destinos da Associação. Consciente da importância das delegações para a melhoria da qualidade de vida dos sócios espalhados por todo o país, o presidente da Direcção considera as próximas eleições decisivas para o futuro da ADFA.

ELO — Que balanço faz do desempenho da actual Direcção Nacional?

Humberto Sertório — Acho que é um balanço positivo, apesar de todas as vicissitudes que tivemos durante este mandato. Quando me refiro a este mandato, estou a referir-me aos dois mandatos, porque, no fundo, começámos em 1995. As linhas mestres de toda a acção desta Direcção e destes Órgãos foram aquelas que apresentámos aos sócios em 1995 e que continuámos no ano seguinte, após as eleições intercalares. Julgo que foi positivo aquilo que se fez, apesar de tudo o que se passou e de se poder ter feito mais. Mas, de facto, quando nós cá chegámos o necessário e o essencial era pegar nesta casa em termos de reorganização dos serviços e da situação financeira que estava bastante degradada na altura. Estas são duas áreas que conseguimos levar a efeito, apesar de não estar ainda tudo concretizado. Mas, para nós, eram as mais importantes antes de avançarmos para o exterior. Apoiar as delegações foi outra das medidas importantes e a descentralização que fizemos reforçou a acção das delegações.

ELO — Mas descentralizaram em que sentido?

H.S. — A Associação já tinha as delegações que tem hoje há alguns anos, só que nós, apesar de estarmos implantados a nível nacional, não tínhamos uma dimensão nacional. Hoje, temos uma ou outra Delegação que não funciona como nós gostaríamos, mas o apoio que transmitimos às delegações foi importante para o trabalhar em conjunto. A nossa Associação não se confina a Lisboa e, como tal, é necessário e é importante que os sócios que estão espalhados pelo país sintam a ADFA e para a sentir têm que ter o apoio necessário, têm que ter os serviços perto do local onde vivem. Nestes dois mandatos, as delegações, através dos órgãos representativos, participaram activamente em todas as decisões nacionais da ADFA. A Direcção Nacional apoiou todas as delegações ao nível administrativo e técnico, no sentido de as apetrechar com novas tecnologias, informatizando praticamente todas as delegações e admitindo também, em algumas delas, pessoal qualificado.

ELO — Qual considera ser o ponto mais positivo do mandato?

H.S. — Existiram durante este



mandato três situações muito positivas. Por um lado, as delegações sentiram que de facto estavam a participar nas questões importantes da Associação. Pelo outro, a reorganização da Sede ao nível administrativo-financeiro o futuro. Hoje, a perspectiva que uma organização como a nossa deve ter tem que ser diferente daquela que tinha há 20 anos atrás. A Associação não pode limitar-se a reivindicar por reivindicar. Uma organização não governamental como a nossa, para ser credível, tem que apresentar ao Governo, às autarquias e a outras entidades, questões concretas e levar projectos na mão. Actualmente, o Estado-Providência já não é o mesmo de há 25 anos, exigem-se das organizações não governamentais que elas próprias tomem iniciativas, no sentido de saberem muito bem o que querem, apresentando projectos para a resolução de problemas concretos. Por exemplo, a ADFA nunca teria esta Sede se não tivesse arranjado um terreno junto da Câmara Municipal de Lisboa, feito um projecto e desencadeado um conjunto de lobbies que levou depois o governo da altura a desbloquear as verbas para a sua construção.

ELO — Há quem diga que a Associação tem demasiados Órgãos Sociais. Concorda com a ideia?

H.S. — A nível nacional, os Órgãos que a Associação tem são os órgãos normais, Conselho Nacional, Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, são os órgãos essenciais. Em relação às delegações, julgo que é capaz de haver um número excessivo de órgãos, não em termos de Direcção e Conselho Fiscal apesar de existir uma certa “incompatibilidade” entre o Conselho Fiscal da Delegação e Conselho Fiscal Nacio-

nal porque as funções por vezes não estão perfeitamente definidas no seu campo de acção, mas em relação aos conselhos de Delegação, pois em delegações de menor dimensão têm dificuldades de funcionamento. Se a ADFA não criar a dinâmica que actualmente se pretende, na Sede e delegações, os órgãos são demasiados mas se as delegações também elas começarem a participar activamente no todo nacional, se começarem localmente a terem projectos próprios os Órgãos serão necessários.

ELO — É da opinião que os Órgãos Sociais da ADFA devem apresentar uma lista própria?

H.S. — A última Direcção não foi uma lista de continuidade, foi um grupo de sócios que se mobilizou em volta de um ideal comum e constituíram uma lista. Procurou-se o consenso. Consensos que por vezes são negativos, porque não se cria uma unidade em termos de acção que é preciso desenvolver. No caso da actual Direcção se candidatar, acho que há necessidade de haver uma certa continuidade, pois existem projectos que foram lançados, e que neste momento estão a meio, e era importante concluir.

ELO — Como é que acha que o actual Governo trata os deficientes das Forças Armadas? Existem diferenças entre este Governo e o anterior?

H.S. — Em relação à segunda pergunta não posso responder pois quase não chegamos a ter contactos com o anterior Governo. Foi já numa fase de transição que iniciámos as nossas funções por isso não posso fazer uma comparação entre o que se está a passar com este Governo e o que se passou como o anterior. Com este Governo, no início aqueles que estão a frente dos ministérios com os

.....

Temos que começar a discutir os projectos, porque se discutirmos os projectos e tivermos de acordo com eles, depois as pessoas são capazes de ser a parte menos importante. O desafio que eu lanço aos sócios é que deixemos para trás as questões pessoais e vamos construir uma Associação que vá de encontro às necessidades de todos.

.....

tes Órgãos. Mas normalmente quando entro em projectos não consigo deixá-los a meio. Este projecto não é um projecto meu é algo que abrange os outros Órgãos Nacionais e abrange grande parte das direcções das delegações, por isso, houve algum empenhamento de toda esta gente para que a equipa possa continuar. Neste sentido, estou disponível para levar por diante este projecto. Há coisas que, se formos eleitos, não vamos conseguir terminar no próximo mandato, pois alguns projectos têm uma grandeza que não seremos nós a terminá-los, mas estas linhas, estas primeiras pedras que estamos a lançar era necessário que estivessem mais consolidadas.

ELO — Candidata-se então por causa de projectos que faltam concluir?

H.S. — Eventualmente ir-me-ei candidatar tendo em conta os projectos que neste momento estão em marcha e tendo em conta o empenhamento nacional, os apoios dos associados e das delegações, não faço disto um objectivo pessoal. De facto, nós não agradamos a todos e há a eventualidade de poder haver uma lista concorrente à nossa. Acho que é importante que haja mais do que uma lista, até para que as pessoas possam expressar as suas opiniões e dizer das suas divergências mas também acho que era importante, se houvesse condições, um consenso. Por vezes, nós não estamos tão distantes uns dos outros, todos queremos as mesmas coisas, todos queremos uma melhor assistência na saúde, uma melhor assistência na terceira idade. Estas questões essenciais pelas quais nós estamos a lutar, qualquer um dos associados, ou qualquer um daqueles que eventualmente venham a concorrer noutra lista, também as pretende realizar.

ELO — O que espera destas eleições?

H.S. — A definição, por parte dos associados, do rumo que a ADFA deve seguir no futuro. Ou seja, se se pretende uma Associação meramente representativa ou uma Associação que desenvolva um conjunto de serviços que possam colmatar as insuficiências do Sistema de Saúde Militar, proporcionando um apoio efectivo a todos os associados nos últimos anos das suas vidas.

ELO — Qual é a mensagem que gostaria de transmitir aos associados?

H.S. — Gostaria que os associados compreendessem que este projecto não é uma questão de pessoas, as pessoas passam os projectos ficam e a ADFA fica. É preciso que os sócios deixem de olhar para a ADFA através das pessoas e passem a olhar para a Associação através dos projectos, discutindo-se os projectos e não as pessoas. Temos que começar a discutir os projectos, porque se discutirmos os projectos e tivermos de acordo com eles, depois as pessoas são capazes de ser a parte menos importante. O desafio que eu lanço aos sócios é que deixemos para trás as questões pessoais e vamos construir uma Associação que vá de encontro às necessidades de todos. •

Presidente do Conselho Fiscal Nacional em entrevista ao ELO

“As pessoas ainda não conseguiram exorcizar o fantasma da guerra”

HUGO GUERRA é presidente do Conselho Fiscal Nacional e é o representante da Associação no Conselho Consultivo do Lar Militar. Afastado da vida associativa há já alguns anos regressou em Janeiro de 1997 porque acredita na actual Direcção Nacional e tem disponibilidade para se envolver nos projectos que esta defende. Em relação ao Lar Militar, Hugo Guerra crítica a pouca atenção que as sucessivas direcções nacionais têm dado aos problemas do Lar e defende que a instituição devia ser gerido pela ADFA.

ELO — Que balanço faz do desempenho da actual direcção?

Hugo Guerra Naquilo que eu tenho acompanhado como elemento dos Órgãos Sociais Nacionais, desde Janeiro deste ano, penso que têm tido um desempenho extraordinariamente dinâmico, com uma tal energia que me deixou bastante surpreendido. Há muitos que anos que eu não via tanta dinâmica em termos associativos, nomeadamente em relação às delegações.

ELO — Qual considera ser o ponto mais positivo deste mandato?

H.G. — Há um embrião que os actuais corpos directivos está a fazer, no sentido de pensar a Associação para o futuro. Todos nós já estamos numa idade que merece cuidados, mas temos que bater com os pés enquanto temos possibilidades para o fazer. Essa é a grande aposta da Direcção. Deixar de estar preocupada com os duodécimos que vêm do Ministério da Defesa e passar a estar preocupada com empreendimentos de ordem económico-financeira, que nos libertem de certos problemas, que projectem a Associação e assegurem a nós e aos vindouros, pois infelizmente vão continuar a haver deficientes militares, uma vida mais acompanhada e mais saudável do que aquela que temos.

ELO — E o menos positivo?

H.G. — O facto de este grupo de homens que constituem a Direcção, por razões do foro íntimo que não foram devidamente esclarecidas, se terem fragilizados e se terem incompatibilizado, obrigando a novas eleições. Penso que foi mau. Além disso, não vejo grandes motivos de preocupação nem nada de grave a apontar à actuação destes Órgãos, porque esse percalço a meio do mandato era algo que não estava no programa e deve ter sido difícil de ultrapassar.

ELO — Em seu entender quais foram as razões para esse percalço?

H.G. — A Associação é pela sua constituição, e pelos homens que a integram, uma espécie de associação auto-fágica, que come os seus próprios filhos. Ao longo de toda a vida associativa que tenho, desde o início que assisto ao facto de muita gente com capacidade, com excelentes intenções, ter sido devorada, destruída e trucidada por processos que parecem ainda os processos do nosso tempo de guerrilha.

ELO — E porque é que isso acontece? Terá a ver com o facto dessas pessoas viverem em conflito com a própria sociedade?

H.G. — Penso seriamente que sim. As pessoas ainda não conseguiram exorcizar o fantasma da guerra, continua a haver grandes divergências entre oficiais, sargentos e praças, pese embora toda a nossa boa vontade, tudo isso vem ao de cima e encaramo-nos quase como inimigos uns dos outros,



FARINHO LOPES

inimigos de classe e esquecemos que estamos todos no mesmo barco como deficientes.

ELO — Acha que a Associação tem demasiado Órgãos Sociais?

H.G. — Eu não participei na revisão estatutária e como não colaborarei só agora posso fazer críticas. Os Órgãos Sociais das delegações estão um pouco sobredimensionados. Existe um Conselho Fiscal Nacional (CFN) que tem as suas competências atribuídas em estatutos e existe o Conselho Fiscal de Delegação (CFD) que, quando chega à altura de apreciação de relatórios e contas, por alguma razão, resolve não aprovar as contas de gerência da Delegação o CFN, em função dos estatutos, não pode fazer nada. Todo o associativo está debaixo da alçada do CFN, mas depois existe o Conselho Fiscal de Delegação e se acontecer uma situação como a que referi cria-se uma situação muito sui generis. Não havendo Conselhos Fiscais de Delegação possivelmente, e uma vez que toda a actividade e os estatutos apontam no sentido de qualquer associado se poder queixar, apresentar as suas sugestões e as suas dúvidas ao CFN, não surgiriam também problemas como os que existem actualmente. No fundo, grande parte das matérias contabilísticas são tratadas a nível nacional e as grandes orientações são tratadas ao nível do Conselho Fiscal Nacional, ou seja, fica muito pouco para o Conselho Fiscal de Delegação.

ELO — Que balanço faz à actuação dos conselhos fiscais de delegações?

H.G. — Eu tive o cuidado de ler os pareceres dos conselhos fiscais das delegações, relativos ao exercício do ano anterior, e todos eles sem excepção são hinos de louvor aos executivos. Eu não posso concordar com essa atitude. Os conselhos fiscais agem sempre como se a Associação fosse uma empresa onde tudo correu muito bem e existem divi-

dados para distribuir e como tal são necessários louvores ao executivo. Daquilo que conheço da ADFA, e das queixas que ouço dos associados, nem tudo corre bem. O Conselho Fiscal de Delegação devia ter uma actividade mais didáctica, mais pedagógica junto dos executivos.

ELO — Qual é que acha que deve ser o papel do Conselho Fiscal na vida associativa?

H.G. — O Conselho Fiscal Nacional tem a obrigação de conhecer muito bem os estatutos, promover, se for caso disso, a sua alteração e conhecer toda a vida associativa porque os sócios têm o direito estatutário de pedir todas as informações que entenderem ao CFN. É claro que os associados também o podem fazer no Conselho Fiscal das suas delegações só que eu ponho certas reticências se existe capacidade de resposta e, até mesmo, se existe conhecimento da parte dos associados desta prerrogativa.

ELO — Acha que existe uma boa articulação entre os Órgãos Nacionais e o Conselho Fiscal?

H.G. — Só posso responder em relação a este último ano. Nós temos tido uma forma de trabalhar que nos permitiu manter com a Mesa da Assembleia Geral excelentes relações. Com a Direcção Nacional, tivemos alguns problemas que se prendiam com o facto de ter entrado uma equipa nova para o CFN que não estava articulada com a forma de trabalhar da Direcção. Essa desarticulação de funcionamento, de operacionalidade, deu origem a algumas falhas de informação que têm vindo a ser colmatadas até porque as reuniões da Direcção são sempre abertas e nós podemos perfeitamente participar.

ELO — Acha que os órgãos sociais devem apresentar uma lista própria?

H.G. — Acho que sim. Aliás não seria coerente comigo mesmo se depois de dizer o que disse sobre actuação da

.....
Eu tive o cuidado de ler os pareceres dos conselhos fiscais das delegações, relativos ao exercício do ano anterior, e todos eles sem excepção são hinos de louvor aos executivos. (...) Os conselhos fiscais agem sempre como se a Associação fosse uma empresa onde tudo correu muito bem e existem dividendos para distribuir e como tal são necessários louvores ao executivo.
.....

Direcção acha-se o contrário. Os Órgãos Nacionais devem apresentar uma lista porque têm um projecto, porque a ADFA não pode parar e porque é importante para todos nós que as pessoas dêem à Associação aquilo que podem dar. É importante continuar por mais algum tempo, para tentar que as coisas sejam levadas a bom termo.

ELO — Há quem defenda um número limite de mandatos qual é a sua opinião?

H.G. — Não vejo qualquer problema nisso. O que vem acontecendo de há 20 anos para cá é que realmente quando se chega altura de fazer as listas para os Órgãos Sociais, e o processo eleitoral começa decorrer, acabam sempre por ser as mesmas pessoas a participarem, porque um processo eleitoral destes envolve muita gente. Desta forma, se estatutariamente ainda vamos criar um travão dizendo que só se podem candidatar durante dois ou três mandatos, qualquer dia temos um problema grave pois as pessoas que estão disponíveis para ficarem nos Órgãos podem não ser capazes de levar a ADFA a bom caminho. Nesta fase da Associação não poria limite ao número de mandatos.

ELO — O que espera deste acto eleitoral?

H.G. — Daquilo que tenho visto neste último ano, também ainda há pouco tempo regressei à vida associativa, este acto eleitoral vai ser extraordinariamente participado, aliás já está ser. Espero que o bom senso e a maturidade das pessoas venha ao de cima e que se ultrapasse o plano dos ataques pessoais. Desejo que o acto eleitoral termine com dignidade para que possamos continuar a fazer o melhor possível por todos os associados.

ELO — Pretende candidatar-se?

H.G. — Sim.
ELO — Porquê?
H.G. Porque acredito no projecto e

neste momento já posso dizer sem surpresa que vai haver uma lista apresentada pelos actuais Órgãos Sociais e entendendo que é importante continuar a participar. Por outro lado, porque tenho disponibilidade para dar o meu contributo à Associação.

ELO — Como representante da ADFA no Lar Militar, qual a sua opinião em relação ao Lar Militar?

H.G. — Fui um pouco apanhado de surpresa na medida em que durante estes últimos 20 anos o Lar Militar sempre foi o local onde estão os deficientes militares mais atingidos, alguns não têm família, ou estas não têm condições para os receber. Entendo que o problema não tem sido devidamente equacionado pelas Direcções e que a Associação nunca se pronunciou com veemência sobre o que é que pretende fazer do Lar Militar. Nos últimos anos, tem havido um jogo de empurra em relação ao Lar Militar. Este começou por aparecer quase por obra e graça da Cruz Vermelha Portuguesa, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa para aquele objectivo enquanto houvesse combatentes e feridos da guerra. A Cruz Vermelha a determinada altura pressentiu que não tinha capacidade, ou vocação, para tomar conta do problema e tentou endereçá-lo para os serviços sociais das Forças Armadas, estes também disseram que não tinham vocação para tratar do problema o que para mim é falso. Em relação ao Lar Militar de Runa o agora Instituto de Acção Social das Forças Armadas não tem problema em assumir quase o mesmo tipo de situação que teria com o Lar Militar. Tudo isto tem-se arrastado ao longo dos anos e até agora a ADFA ainda não conseguiu definir o que pretende, pois não basta estar representado no Conselho Consultivo.

ELO — Qual devia ser então a posição da Associação?

H.G. — O Lar Militar devia estar sobre a gestão da ADFA, não sei como porque isso já é um problema de orientação. A Associação é a entidade mais vocacionada para um estabelecimento daquele tipo. Não cabendo à Associação a gestão do Lar então este devia ser encarado da mesma maneira que se encara o Lar de Veteranos Militares em Runa, que foi adquirido e doado ao Estado para os inválidos de guerra e corre o risco de, daqui a uns anos, não ter quartos para os deficientes das Forças Armadas que são inválidos de guerra, uma vez que está a ser ocupado por pessoas idosas e viúvas dos militares dos sócios, viúvos dos serviços sociais das Forças Armadas, que como associados têm todo o direito, mas é preciso não esquecer a finalidade pela qual o Lar foi construído.

ELO — Que mensagem gostaria de transmitir aos associados?

H.G. — Para que encarem este acto eleitoral com toda a serenidade e toda a tranquilidade que já nos permite, ou que já nos devia permitir, olhar para o futuro como uma organização que se tem conseguido impor no universo dos deficientes, não só a nível nacional mas, também, ao nível internacional. Apelo a uma votação maciça, que os associados não fiquem em casa e digam sim ou não às listas que eventualmente apareçam. O importante é a participação de todos, porque o resultado eleitoral será a melhor expressão daquilo que os sócios querem para o futuro da Associação. •

A opinião dos representantes das delegações no Conselho Nacional

1. Tem a Associação demasiados Órgãos Sociais?

2. Faz alguma crítica ao projecto associativo e desempenho dos actuais Órgãos Nacionais?

3. Se respondeu afirmativamente, o que faria para alterar a situação?

4. Concorde com a forma como o processo eleitoral se desenrola?

5. Devem os Órgãos Sociais da ADFA apresentar uma lista própria (lista A)?

6. Pretende candidatar-se?

Anquises de Carvalho

sócio nº 3505

- 1 — Penso que tem aqueles que foram considerados necessários e suficientes na última revisão estatutária.
- 2 — Críticas há sempre com e sem razão, pois é impossível agradar a todos. No entanto, actualmente, aprovo o desempenho dos Órgãos Nacionais face ao projecto associativo em curso, ressaltando o trabalho da DN.
- 3 — Prejudicada.
- 4 — Não tenho de concordar ou discordar, pois o mesmo rege-se por um regulamento eleitoral aprovado em AGN. Se está mal...
- 5 — Sim, devem, ao fazê-lo, mostram que há coesão entre os seus elementos, assumem a continuação do seu projecto associativo e confirmam o apoio inequívoco das delegações, pois sem apoio nacional, não há lista A.
- 6 — Sim, porque tenho projectos que faltam concluir (por exemplo, nova Sede, com a ajuda dos restantes elementos dos Órgãos Sociais).

José Mestre

sócio nº 1845

- 1 — Não respondeu.
- 2 — O projecto e desempenho dos Órgãos Nacionais é interessante, mas penso que há necessidade de dar mais atenção às delegações.
- 3 — Não respondeu.
- 4 — Sim. Mas deve haver mais informação e mais responsabilização dos sócios, de maneira a que este processo não passe despercebido.
- 5 — Sim.
- 6 — Estou disponível para colaborar.

João Manuel

Santos Gonçalves

sócio nº 684

- 1 — Em primeiro lugar, a Associação tem Órgãos Sociais a mais, Órgãos que não funcionam e gente a mais no Conselho Nacional e das delegações.
- 2 — Em referência ao projecto associativo, todos os que estiveram e estão ao serviço da ADFA, deram e dão o seu melhor,

fazendo com que — a vida associativa, os projectos, a legislação contemple de uma forma geral todos, e neste momento, os mais carenciados, os pobres, os chamados "sem sorte", os pobres entre os pobres, por isso, sigam as negociações, a legislação que há tantos anos se espera, porque os homens do serviço, os acidentes sem nexos de causalidade, as viúvas, não podem esperar mais. Todos temos responsabilidades, vamos ajudar os Órgãos Nacionais, transmitir-lhe a força necessária para concretizar o projecto em marcha.

- 3 — Para alterar a situação, proponho uma revisão estatutária em alguns pontos, em relação aos Órgãos Nacionais desaparecia com tantos membros no Conselho Nacional e das Delegações e acabaria com os Órgãos que actualmente não funcionam.
- 4 — O acto eleitoral é importantíssimo na vida de uma colectividade e a forma como se realiza na ADFA é de facto democrática, mas continuo a defender que o voto por correspondência ou a própria delação de voto deveriam fazer parte da democraticidade do voto, até pela Associação que somos, a não ser assim, qualquer dia, só se fomos votar de ambulância, ou de gatas, como já aconteceu em Viseu, e percorrer distâncias de 100 e 150 quilómetros para votar.

- 5 — Penso que o que está a ser feito é diferente daquilo que se estava habituado a ver na ADFA e, ainda não concretizado na sua totalidade, por isso, defendo uma lista nacional. A proposta pelos actuais Órgãos é que congregue à sua volta o apoio de todos os associados a nível nacional e local.

- 6 — O processo está em marcha, vamos ver.

João Matias

Vasconcelos

sócio nº 590

- 1 — Não.
- 2 — Todos não somos demais. Nos actuais Órgãos Sociais Nacionais estão os sócios mais competentes.
- 3 — Tentarei tudo fazer para que esta equipa seja reeleita. Destaco o Catarino Salgado como um dos imprescindíveis para manter o projecto associativo.
- 4 — Sim.
- 5 — Admito que sim.
- 6 — Estou disponível para órgãos da Delegação a que pertença.

Armando Augusto

Vieira Costa

sócio nº 8984

- 1 — São Órgãos em demasia.
- 2 — Acho que até à presente data, têm desempenhado muito bem as suas funções e têm todo o nosso apoio para a sua continuidade.
- 3 — Acho que devem apresentar firmeza e não dar ar de fraqueza no desempenho das vossas funções.
- 4 — Não concordo, porque já está a haver muitos lobbies e quer-se é gente que trabalhe e não esteja à espera de protagonistas.
- 5 — Acho que sim.
- 6 — Se por acaso me for pedido, estou pronto para trabalhar em prol de uma causa, que possa cada vez mais engrandecer o nome da ADFA.

Luís Baltazar

sócio nº 65

- 1 — A organização da ADFA em termos de Órgãos Sociais deve evoluir no sentido de promover uma prática mais dinâmica entre estes e eliminar cada vez mais os aspectos burocráticos que condicionam a sua acção executiva. Tendo em conta as disponibilidades humanas dos seus associados, talvez tenha chegado o momento de se reflectir sobre uma alteração orgânica dos Órgãos Sociais de molde a dar-lhe uma estrutura mais leve e, simultaneamente, mais responsável. Creio ainda que era positivo a ADFA dar passos objectivos no sentido de implementar um processo de descentralização mais abrangente ao nível local. Seria bom que esta matéria venha a ser objecto de reflexão do Conselho Nacional.

- 2 — Há um projecto sufragado pelos seus associados e enquanto este não for modificado ou substituído por outro, deve merecer a lealdade de todos, assim como de todos os Órgãos Sociais da ADFA. A lealdade é uma atitude nobre e como tal deve ser respeitada mas também essa nobreza deve ser conduzida por forma a que cada um possa expressar suas ideias mesmo sendo diferentes das linhas traçadas e sufragadas pelos associados, mas tudo deve assentar no respeito e consideração por todos sem excepção. Opino favoravelmente ao esforço de congregação e de trabalho que tem sido feito pelos actuais Órgãos Sociais, nomeadamente os Órgãos Sociais nacionais e particularmente a Direcção Nacional, apesar de

esta nem sempre ter sido bem compreendida no seu trabalho.

- 3 — Os Órgãos Sociais e principalmente a Direcção Nacional devem estruturar a sua acção interventiva por forma a centrarem mais a sua energia no equilíbrio e aspirações associativas e nos grandes desafios que neste ciclo se colocam à ADFA, assim como operar no seio desta uma dinâmica de gestão que lhe dê simultaneamente liberdade de acção e confiança.
- 4 — Entendo que a matéria que abraça o sistema eleitoral da ADFA, deverá ser objecto de reflexão nacional no sentido de serem encontradas soluções que tornem mais claras e dinâmicas a acção interventiva dos associados.
- 5 — Acharia muito positivo que os actuais Órgãos Sociais pudessem apresentar um elenco de associados às eleições capazes de darem continuidade ao esmerado e arrojado projecto que tanto empenho e dedicação tem tido dos actuais Órgãos.
- 6 — Sabendo o quanto é difícil encontrar meios humanos associativos capazes de responderem às solicitações da ADFA, reconheço que a minha participação nessa área ainda não pode ser considerada, pois compromissos profissionais e sociais anteriormente assumidos impossibilitam-me de presentemente dar essa participação assídua.

Zeferino

Abreu Ribeiro

sócio nº 9374

- 1 — Acho que não. No entanto, há Órgãos que não funcionam. Porquê? Enquanto houver funcionários nas direcções, há uma determinada apatia dos restantes membros, visto o funcionário substituir a Direcção e passado algum tempo não há Direcção.
- 2 — Defendo o projecto da actual direcção, embora reconheça que por vezes é difícil por o programa em prática.
- 3 — Acho que os funcionários não devem fazer parte dos corpos sociais.
- 4 — Depois da alteração dos estatutos, as eleições são de votação democrática.
- 5 — Do ponto de vista estatutário a Direcção cessante deve apresentar lista desde que se salvegarde o aparecimento de outras listas desde que se entenda.
- 6 — Entendo, pelo que conheço da Associação, sinto o direito como qualquer sócio de participar em qualquer Órgão da Associação.



Do transporte de tropas à evacuação de feridos, o trabalho do DN aborda vários aspectos do conflito

mo as coisas se passavam, é, por isso, natural que utilizemos essa experiência", frisa Matos Gomes, e reforça que "este tipo de trabalho tem de contar sempre com o conhecimento que os militares adquiriram" e apesar do esforço para "observar o conflito dos dois lados", o coronel lembra que obra não deixa de ser "uma perspectiva portuguesa".

Divisão por temas explica conflito

Os fascículos estão organizados em 10 grandes grupos temáticos: cenários, forças, doutrinas, armas, modelismos e emblemas, políticas, rituais e quotidianos, protagonistas, feridas da guerra e cronologia. Os locais onde o conflito se travou, os teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, quem fez a guerra - porquê e com que objectivos - as armas utilizados durante o conflito, bem como quem desem-

penhou os papéis mais marcantes, ou quem foram os comandantes militares portugueses, são alguns dos aspectos abordados ao longo de 52 números, onde também não foram esquecidos os dirigentes dos movimentos de libertação ou a forma como militares e guerrilheiros viviam. No final, e por ser uma obra essencialmente histórica, uma cronologia ajuda ainda a compreender o contexto dos acontecimentos durante o período de guerra, no teatro das operações, em Portugal e no mundo.

No que diz respeito às conclusões do trabalho, os autores referem que o seu objectivo não é dizer "se a guerra foi ganha ou perdida". O conflito implicou meios militares muito consideráveis dos dois lados e "Portugal atingiu o limite das capacidades para continuar a combater com os seus meios, a sociedade portuguesa tinha atingido o ponto limite", justifica Matos Gomes, sublinhando o que para os autores é

consensual: "as Forças Armadas Portuguesas estavam em desvantagem face a alguns movimentos de libertação, houve uma decadência na sua capacidade operacional quando o aumento dos efectivos e das despesas de guerra pôs em causa o aparelho produtivo nacional". Por outro lado, os capitães começaram-se a opor à continuação da guerra tornando-se determinantes para a atitude das Forças Armadas, pelo posto decisivo que ocupam no desenrolar de um conflito. A conclusão dos autores é que seria difícil para Portugal continuar a combater, pelo menos com as condições existentes.

Ao lançar esta iniciativa, o Diário de Notícias espera contribuir para que a Guerra Colonial seja um tema mais aprofundado em Portugal. Alexandre Manuel, director editorial da obra, sublinha a necessidade de iniciativas deste género, pois considera que "em Portugal a guerra tem sido um tema esquecido".

Aproveitar o passado para escrever no presente

PERANTE O desafio lançado pelo Diário de Notícias, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, dois oficiais do Exército que participaram no conflito de África, aproveitaram a oportunidade para continuarem a aprofundar um assunto que lhes interessa e sobre o qual têm trabalhos publicados, embora em áreas diferentes ficção e história. O primeiro esteve em dois teatros de guerra, Angola e Moçambique, e está actualmente na reserva. O segundo, ainda no activo, cumpriu missões militares na Guiné, Angola e Moçambique, integrado em unidades dos comandos. Aniceto Afonso, é licenciado em História e mestre em História Contemporânea de Portugal, tendo publicado a obra "Diário da Liberdade" e diversos estudos sobre História Contemporânea nacional. Carlos de Matos Gomes, além de ter quatro romances publicados, sob o pseudónimo de Carlos Vale Ferraz, onde o tema é a Guerra Colonial ("Nó Cego", "ASP-De passo trocado", "Soldado" e "Os Lobos não Usam Coleira") colaborou, juntamente com Aniceto Afonso, na realização de um dossier fotográfico comentado para a "História Contemporânea de Portugal". • N.C.

PORQUE A ARTE GRÁFICA
NÃO SE APRENDE EM DOIS DIAS,
ESTAS SÃO ALGUMAS IMPRESSÕES
QUE OS NOSSOS CLIENTES LEVAM
HÁ TRÊS DÉCADAS

CARTAS
RECEITAS
RELEVOS
CONVITES
ENVELOPES
CATÁLOGOS
ETIQUETAS
AUTOCOLANTES
ENCADERNAÇÕES
CARTÕES DE VISITA
LIVROS DE FACTURAS
CURRICULUM'S VITAE

DESCONTO DE 10% A SÓCIOS DA ADFA

TIPOGRAFIA GRACIDUL, LDA.
Trinta anos a causar-lhe boa impressão

VISITE-NOS

RUA ACÁCIO DE PAIVA 17-B • 1700 LISBOA - ALVALADE
TELF. 847 40 60 FAX 849 23 77

GRANDES PLANOS PARA GENTE PEQUENA



Sorrisos com futuro.

No Montepio Geral, a gente pequena é sempre muito importante. Por isso, há mais de 150 anos que criamos produtos especialmente dedicados às crianças e aos jovens.

Faça contas ao futuro dos seus filhos e conte com o nosso apoio. Ofereça-lhes um *Plano Mutualista* ou uma *Conta MG Futuro*.



MONTEPIO GERAL

HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Amnistia Internacional: uma conspiração de esperança



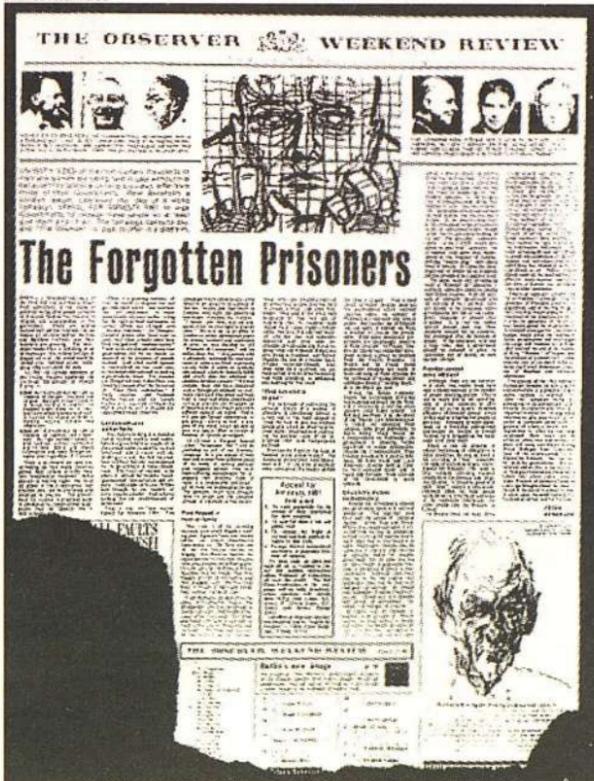
LISBOA: floria a Primavera de 1960. Numa pastelaria da Baixa, dois jovens bebiam uns copos. E quando um deles brindou à Liberdade, os homens cinzentos da polícia política detiveram-nos. Foram julgados nesse Outono de 1960, e condenados a sete anos de prisão cada um.

A notícia foi publicada numa pequena local, na edição de 23 de Novembro do quotidiano inglês "Daily Telegraph". No metro londrino, entre empurrões e cotoveladas, o advogado Peter Benenson passeava os olhos pelas notícias. Leu a história da condenação dos jovens portugueses e sentiu-se profundamente indignado. Peter desde há muito que se interessava pela causa dos Direitos Humanos: havia adoptado uma criança basca, vítima da Guerra Civil de Espanha, que viria a morrer; e tinha assistido a julgamentos fanteches em Chipre, na Espanha, na Hungria e na União Sul-Africana, como observador ou como assessor da defesa. Escrevera e divulgara essas experiências de violação constante dos Direitos Humanos fundamentais. Agora, com mais este caso o seu ultraje foi tão grande que pensou ir à Embaixada Portuguesa em Londres assinar o seu protesto. Mas que ganhava com isso, que utilidade teria esse gesto?

Debateu o problema com colegas de escritório. Concluíram que deveriam tentar lançar um movimento mundial para que o ano de 1961 fosse o "Ano Internacional da Amnistia aos Presos Políticos", tal como 1960 era o "Ano Internacional dos Refugiados", cujas acções permitiram terminar com o pesadelo dos refugiados europeus provocado pela II Grande Guerra.

O movimento, intitulado "Apelo para a Amnistia, 1961", foi divulgado em 28 de Maio de 1961, através da divulgação do artigo "Prisioneiros Esquecidos" no jornal britânico "The Observer" e no

DIREITOS RESERVADOS



Foi de uma notícia que nasceu a Amnistia Internacional

francês "Le Monde". Este artigo, integral ou parcialmente, foi reproduzido em vários jornais e revistas de todo o mundo, tendo sido recebidas milhares de respostas de pessoas interessadas em participar no movimento, algumas das quais enviaram donativos. Entre elas, o Dr. Albert Schweitzer, Prémio Nobel da Paz, e os pintores catalães Miró e Picasso.

Em Portugal, nada foi publicado ou dito sobre este movimento. Talvez porque um dos seis casos de "Prisioneiros Esquecidos" apresentados era o de Agostinho Neto, na altura detido no Aljube, em Lisboa, por reclamar autonomia para os territórios afri-

canos de bandeira portuguesa. Agostinho Neto, no seu discurso durante a cerimónia de independência da então República Popular de Angola, começou os seus agradecimentos pela Amnistia Internacional; poucos anos depois, quando do caso Nito Alves, e depois da acção de denúncia das graves violações de Direitos Humanos verificadas em Angola, acusou a Amnistia Internacional de se ter tornado uma associação imperialista e contra-revolucionária.

Na Primavera de 1962, reuniram em Paris delegações dos grupos de apoio que se tinham constituído um pouco por todo o mundo, tendo decidido renomear o movimento como "Amnistia Internacional" e aprovado os seus Estatutos, cujos objectivos constituem o Mandato.

O Mandato da Amnistia Internacional tem sido alargado ao longo dos anos, para enfrentar os novos tipos de violações de Direitos Humanos. A Amnistia Internacional só trata violações cometidas por Governos ou seus agentes: forças militares, militarizadas e de segurança, não incluindo as violações em teatro de guerra que, por força das Convenções de Genebra, são da competência da Cruz Vermelha Internacional.

O Mandato da Amnistia Internacional foca quatro pontos:

- 1- a exigência da libertação imediato e incondicional dos Prisioneiros de Consciência: pessoas detidas ou presas, devido à sua ideologia, religião, origem étnica, língua ou sexo, desde que não tenham utilizado ou advogado o uso da violência;
- 2- a exigência de julgamentos rápidos, justos e imparciais para todos os presos políticos, tenham ou não utilizado ou advogado o uso da violência;
- 3- a luta permanente e sistemática contra a pena de morte e contra a tortura e tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes;
- 4- a luta contra os "desaparecimentos" e as execuções extra-judiciais.

O trabalho da Amnistia Internacional é desenvolvido pelos seus Membros - actualmente, cerca de um milhão e duzentos mil, em 192 países e territórios - agrupados em Grupos Locais ou Sectoriais ou em Estruturas Intermédias. Hoje, existem 4.273 desses Grupos em 87 países e territórios, a maioria agrupados em 59 Secções Nacionais. A Secção Portuguesa integra 13 Grupos Locais e quatro Estruturas Intermédias, contando com cerca de 4.000 Membros.

O Movimento é dirigido pelo Comité Executivo Internacional, de nove Membros, eleitos pelo Conselho Internacional, para mandatos de dois anos. O Secretariado Internacional, com sede em Londres e delegações noutros pontos, é o órgão executivo.

Por razões de segurança e de imparcialidade os membros da Amnistia Internacional não trabalham casos relativos ao seu próprio país. A investigação dos casos é conduzida por especialistas do Secretariado Internacional e o trabalho de divulgação e apelo é assegurado pelas estruturas do Movimento de outros países.

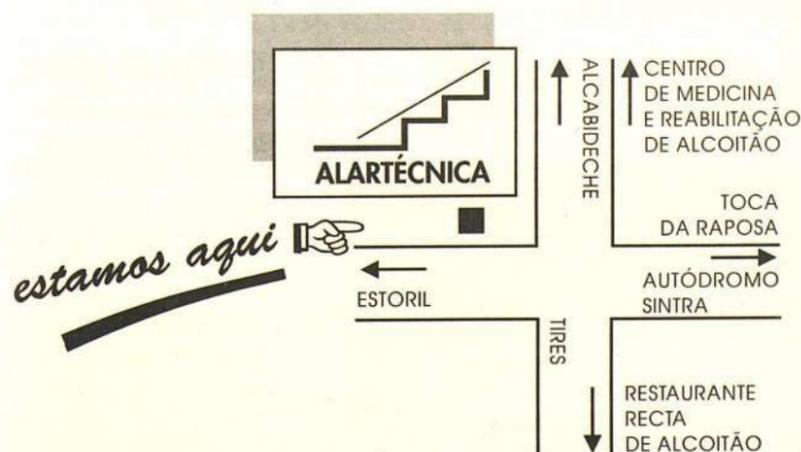
A Amnistia Internacional é Prémio Nobel da Paz 1977 e Prémio dos Direitos Humanos das Nações Unidas 1978. Tem estatuto de observador junto das Nações Unidas e seus órgãos especializados, e junto do Conselho da Europa, Parlamento Europeu, Organização de Estados Americanos e Organização dos Estados Africanos. É rigorosamente independente dos poderes políticos e religiosos, de quem não pode aceitar financiamentos. Garante o seu orçamento através das quotizações dos seus Membros, de donativos da sociedade civil e de acções de angariação de fundos. O seu símbolo é a vela com arame farpado.

Amnistia Internacional, secção portuguesa, Lisboa

"Mais vale acender uma vela que amaldiçoar a escuridão".



AV. INFANTE SANTO, 57 - R/C - ESQ. - 1350 LISBOA
TEL.: 397 83 54 / 397 84 25 - FAX: 397 89 95 / 397 91 11



Rua do Conde Barão, n.º 55
Alcoitão - 2765 ESTORIL
Tel. 460 22 49 - Fax 460 22 37



ABRIMOS AS NOSSAS INSTALAÇÕES AGORA EM **ALCOITÃO** PARA MELHOR SERVIR A PESSOA COM DEFICIÊNCIA. TODOS OS MODELOS DE CADEIRAS DE RODAS MANUAIS, ELÉCTRICAS, DE PÔR DE PÉ, ETC.

VISITE-NOS

Fazemos reparações

Deficientes preocupam Câmara de Lisboa

No início de Setembro, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade a criação do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD), segundo proposta da vereadora Sara Amâncio, do pelouro da Acção Social. De acordo com o regulamento criado, o CMIPD será "o órgão consultivo do Município de Lisboa para a igualdade de oportunidades e integração da pessoa portadora de deficiência", funcionando como uma "instância de diálogo e consulta" de forma a assegurar "a participação activa dos deficientes na construção da cidade e a realização de políticas e medidas facilitadoras da sua integração social". No ano passado, uma proposta semelhante, aprovada em reunião camarária, foi retirada da agenda da Assembleia Municipal por existirem divergências quanto ao funcionamento do Conselho. O CMIPD, que entrará em funções no prazo máximo de 30 dias após a publicação da aprovação da proposta em boletim municipal, tem como principal objectivo "promover e valorizar a cidadania e participação" dos deficientes e "associações representativas no concelho de Lisboa". As competências do Conselho vão desde a emissão de pareceres sobre políticas de integração social, projectos e iniciativas que a autarquia entenda submeter-lhe, até à divulgação de acções de sensibilização da opinião pública para a problemática da deficiência, passando ainda pelo pronunciar sobre acções camarárias que possam ser "discriminatórias" para os deficientes. O novo organismo municipal será dividido em quatro secções temáticas: Acessibilidade e Mobilidade; Formação e Emprego; Cultura, Desporto, Lazer e Associativismo; Reabilitação Funcional, Vida Autónoma, Sensibilização e Informação. •



No espaço concebido para cegos, a informação vem pelo toque no braille e pelo cheiro de cada planta

Jardim Botânico na Ajuda cria espaço destinado a cegos

Ver através do cheiro

VISITAR O Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, a partir de 11 de Outubro, vai ser mais fácil e inovador para os deficientes visuais. É que, depois de cerca de dois anos fechado, o jardim abriu ao público, dia 15 de Setembro, de cara lavada e com algumas surpresas. Especialmente destinado para cegos foi construído um espaço com plantas aromáticas Jardim dos Aromas onde a etiquetagem das espécies está convertida em tabuletas escritas em Braille e as plantas expostas em alegretes (canteiros) levantados para se poderem tocar e cheirar. Restaurado de forma a poder ser utilizado por todos os visitantes, no jardim foram também criadas rampas de ligação entre os vários terraços, com o objectivo de permitir o acesso de cadeiras de rodas a todo o espaço.

Ao chegar à entrada do jardim, o visitante cego, independentemente da direcção que tome, encontra no chão uma linha de condução que lhe permitirá orientar-se sozinho dentro do recinto. Para ficar com uma ideia daquilo que o

rodeia, existe uma maquete em Braille do traçado do Jardim dos Aromas, sinalizando os pontos mais importantes do percurso. Na recepção, o deficiente visual tem ainda à sua disposição documentação em Braille com informações suplementares.

Preparado para iniciar a visita o cego pode assim gozar dos prazeres do jardim. No entanto, para que possa utilizar toda a informação disponível é necessário conhecer o sistema de sinalização, pois como qualquer outro código, para se poder retirar vantagens da sua utilização é necessário conhecê-lo. Artur Alcoentre, responsável da empresa que colocou todo o sistema de sinalização, refere que "os cegos ainda não conhecem este sistema de orientação", mas espera no futuro aproveitar o Jardim dos Aromas para "ensinar às pessoas os significados da sinalização".

Ao construir o Jardim dos Aromas, o Instituto Superior de Agronomia (ISA) entidade responsável pela gestão e manutenção do Jardim Botânico pro-

curou reunir um conjunto de plantas utilizadas no dia-a-dia, mas que ao longo do tempo foram deixando de ser usadas, e que pelo seu cheiro intenso pudessem proporcionar uma sensação agradável ao visitante, como por exemplo, a Erva Saboreira, a Menta, a Planta Tintureira, a Maracujá ou a Camomila.

Recuperado pelo ISA, com o apoio do Prémio de Conservação do Património Europeu e do Fundo de Turismo, o Jardim Botânico da Ajuda "pretende ser um espaço vivo e vivido" tendo em conta a sua localização na zona turística de Belém-Ajuda e a importância que representa como espaço científico de estudo da Botânica. Planeado em 1768, por um botânico italiano, Domingos Vandelli, o Jardim Botânico da Ajuda foi o primeiro espaço do género criado em Portugal, tendo sido desenhado com o objectivo principal de "se manterem, estudarem e coleccionarem o máximo de espécies do mundo vegetal". •

Nuno Crespo

Falta "software" em caixas automáticas especiais

Multibancos para cegos: forma sem conteúdo

A CAIXA Geral de Depósitos tem vindo a instalar novas caixas multibanco, em algumas das suas agências, que além de permitirem aos clientes daquela instituição bancária um conjunto maior e melhor de serviços têm a particularidade de poderem ser utilizadas por cegos. Para que isso seja possível, as máquinas possuem, por baixo de cada tecla de função, informações em braille que permitem ao utilizador escolher a operação desejada e ainda um local onde o cego introduz um dispositivo auditivo que transmite as instruções necessárias para se realizarem as operações. No entanto, e apesar das vantagens que as novas caixas proporcionam, a função que possibilitaria aos cegos servirem-se destas máquinas não está activada nem se prevê que seja activada, nos tempos mais próximos. Como qualquer computador, para que as caixas possam dispor da função activa necessitam de um software es-



pecífico que não foi adquirido e que não se sabe se será. É que, de acordo com o que o ELO conseguiu apurar junto da Caixa geral de Depósitos, "trata-se de uma questão que ainda não está definida". O preço

do software e o facto de a instituição não ter ainda sentido que existem "clientes interessados" neste serviço são as razões apresentadas pela Caixa Geral de Depósitos para a actual situação. •

Revista de Imprensa



DIÁRIO DE NOTÍCIAS

12 de Setembro de 1997

"Os tribunais britânicos autorizaram ao longo dos últimos dez anos a esterilização de 48 crianças deficientes a pedido dos pais, revelou ontem a BBC-Rádio."

IBIDEM

23 de Setembro de 1997

"Centenas de deficientes mentais foram forçados, entre 1946 e 1951, a deixar estragar os dentes, ao abrigo do plano de investigação experimental dentária, na Suécia. Segundo denunciou, ontem, o diário sueco Dagens Nyheter as vítimas eram obrigadas a mastigar doces para experiências."

IBIDEM

25 de Setembro de 1997

"A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou, ontem, no âmbito da campanha contra as minas antipessoal, uma recomendação para que seja elaborada e divulgada uma lista das empresas que produzem este tipo de engenhos instaladas em território dos seus Estados membros. (...) Redigida em termos enérgicos, a recomendação condena 'o fabrico, uso, transferência e armazenagem de minas antipessoais' e declara 'estas actividades contrárias aos princípios do Conselho da Europa. Ao mesmo tempo, convida todos os Estados membros a promoverem uma 'proibição total' das minas antipessoal 'em todo o mundo'."

CORREIO DA MANHÃ

29 de Setembro de 1997

"Os cidadãos surdos, por terem essa deficiência, já sofreram bastante 'e é preciso mostrar às outras pessoas os problemas dos surdos-mudos'. Para João Alberto, monitor de Língua Gestual Portuguesa (LGP), a importância desta forma de comunicação para os surdos é tanto maior quanto a LGP 'é a língua-mãe da pessoa surda'. (...) 'é muito importante a LGP estar nos currículos escolares', bem como os professores saberem esta técnica de comunicação. Aliás, Portugal é um dos dois únicos países europeus, em que a língua-gestual está contemplada a nível constitucional (o outro é a Finlândia)."

Costa Brás indigitado presidente

O coronel Manuel da Costa Brás, ex-ministro da Administração Interna, primeiro provedor de Justiça português e alto-comissário contra a Corrupção, será o presidente do recém criado Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (ver ELO de Agosto), órgão consultivo do Ministério da Solidariedade e Segurança Social que visa "a participação dos serviços públicos, dos parceiros sociais e do movimento associativo interveniente nas áreas da prevenção, reabilitação e integração" dos deficientes. Costa Brás tomará posse no dia 13 de Outubro. •

DIREITOS RESERVADOS



Os participantes analisaram atentamente todas as propostas apresentadas no congresso

ADFA traz propostas aprovadas de Paris

Cegos unidos tentam vencer barreiras

PARIS FOI palco do 10º Congresso Internacional de Cegos de Guerra - IKK. De 13 a 15 de Setembro, delegações de 11 países, incluindo a ADFA, representante de Portugal no encontro, debateram questões respeitantes aos cegos vítimas de guerra. Actualmente o IKK, presidido pelo francês Xavier Camillerapp, conta com a participação da Alemanha, Canadá, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, Filipinas, Polónia, Rússia e Portugal.

A delegação portuguesa, constituída por Abel Fortuna, presidente da Delegação da ADFA no Porto, e Matos Almeida, juntamente com a delegação britânica, deram ao congresso a visão mais jovem do problema, uma vez que as restantes delegações fizeram-se representar por cegos vítimas da II Guerra Mundial.

A ordem de trabalhos do primeiro dia do congresso teve como ponto principal aprofundar o conhecimento dos sistemas de apoio e compensação que cada país dispõe para os cegos de guerra. Nova Gagné, representante do Canadá - país que participa pela primeira vez no encontro -, perante o cenário exposto por alguns países, incluindo Portugal, concluiu que o Canadá tem o melhor sistema de apoio aos cegos. Neste país, os invisíveis têm acesso gratuito a todo o equipamento e estruturas que considerem indispensáveis à sua formação e reabilitação, assim como, à valorização pessoal. A atribuição da pensão a um cego de guerra, funciona em regime de igualdade, ou seja, não toma em consideração questões como ser ferido em combate ou em serviço, nem tão pouco o posto ocupado na hierarquia militar.

Ao longo deste primeiro dia foram também apresentadas as propostas de resolução da Alemanha, França e Portugal. Apesar do carácter específico do encontro, as propostas mostraram-se bastante generalistas e de difícil aplicação. Quanto às propostas da Alemanha, a primeira referia a necessidade da reabilitação de todos os cegos de guerra com vista à sua integração no mundo do trabalho e a segunda mencionava os direitos básicos do cidadão, como o direito à segurança social e ao acompanhamento de indivíduos com problemas psíquicos, assim como uma pensão para as viúvas e filhos órfãos. A terceira proposta alemã visava a interdição de fabrico e uso de armas nucleares e minas anti-pessoais.

Num primeiro ponto, a proposta francesa cita também a interdição das armas nucleares, químicas, biológicas e laser. Como segundo ponto, os franceses defendiam a conjugação de esforços no sentido de impedir que cada país não possua mais armamento do que o essencial à sua defesa. Esta proposta reclamava ainda a necessidade de um encontro periódico dos cegos de guerra a fim de estudar novas medidas tendentes à sua melhor reabilitação e integração social.

Quanto às propostas de resolução apresentadas por Portugal, a primeira possuía um carácter interno ao Congresso, uma vez que referia a necessidade

de pôr em prática todas as resoluções aprovadas em encontros anteriores. A segunda proposta dizia respeito ao estudo da possibilidade de países como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau participarem em futuros congressos. A delegação da ADFA manifestou a sua disponibilidade em estabelecer contactos com as associações de cegos de guerra desses países, uma vez que finda a Guerra Colonial o espírito de ajuda tornou-se efectivo. Esta proposta foi alvo de alguma polémica e levou mesmo o presidente do Congresso a afirmar que "infelizmente existem mais países nas mesmas circunstâncias". No entanto, a proposta acabou por ser aprovada por unanimidade.

Perspectivas de mudança

Apesar do espírito de luta que o actual presidente do IKK tem demonstrado em prol dos cegos de guerra, Xavier Camillerapp, com 78 anos de idade, decidiu ceder o seu lugar a alguém mais jovem, capaz de dar um carácter prático às propostas aprovadas pelo congresso, propondo assim, para o cargo o britânico Raymond Hazan, 52 anos, ferido durante um atentado terrorista na Irlanda do Norte em 1973. No seu discurso, na qualidade de novo presidente do IKK, afirmou serem cinco as suas prioridades. A primeira diz respeito à preocupação com a "velha geração", a geração da II Grande Guerra. Raymond Hazan diz que "estes senhores não podem ser esquecidos". A Segunda prioridade tem a ver com as novas gerações de militares que continuam a ficar cegos, e afirma que é preciso apoiá-los na sua reabilitação e reintegração. A terceira prioridade diz respeito ao facto de numa altura em que existem rumores sobre a possível falência dos sistemas de segurança social ser necessário unir esforços para que os cegos tenham direito à sua dignidade como pessoas. Quanto à quarta prioridade, o novo presidente afirma ser necessário chamar a atenção das autoridades para o problema das armas nucleares, químicas e biológicas, bem como das minas anti-pessoais. Por fim, salienta que devem ser estabelecidos contactos com associações de cegos de outros países, que não participem no congresso, de modo a unirem esforços no sentido de em conjunto tentarem se possível solucionar os problemas mais urgentes dos cegos de guerra.

Raymond Hazan tem consciência das dificuldades que a acção do IKK irá encontrar pela frente e afirma que "as acções deveriam falar mais alto que as palavras, o problema é que não é isso que acontece". Quanto à possibilidade de levar o resultado do congresso às instâncias internacionais, o novo presidente não põe de parte essa hipótese, no entanto, refere que primeiro devem ser desenvolvidos esforços junto dos governos de cada país, mas acrescenta que vai ser elaborado um documento que contenha as resoluções aprovadas no sentido de "ser enviado às Nações Unidas".

Anabela Vieira

REHA®

INTERNATIONAL

A maior exposição,
a nível mundial,
para a reabilitação, ajuda a e
tratamento de deficientes.



Viva quatro dias de encontro com uma mistura variada de informação, de diversão e de encontro com a realidade.

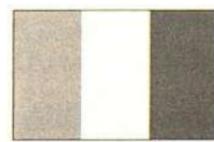
737 expositores, oriundos de 22 países, darão um panorama sobre os produtos auxiliares do dia à dia, sobre as inovações para reabilitação e para a assistência.

No entanto, o visitante também encontrará entidades públicas e de solidariedade, bem como grupos de auto-ajuda que favorecerão uma troca internacional de informação.

O programa é completado pelo congresso paralelo, pelas mostras especiais e diversos colóquios especializados. O recinto da feira, adequado aos deficientes, com óptimas ligações à rede dos transportes, facilita a visita.

Venha à REHA INTERNATIONAL, ao ponto de encontro nº 1 para os visitantes profissionais e para os utentes a quem directamente diz respeito.

Sejam bem vindos a Düsseldorf.



Pais parceiro - Itália

22 a 25.10.97

10 às 18 horas

Messe  Düsseldorf

Basis for Business

O representante em Portugal:

Walter & Cia., Lda., Largo de Andaluz, 15, 3º Dtº - 4, 1050 LISBOA,

tel. (01) 355 6254, fax. (01) 353 9311

E-Mail: walter@ip.pt, Internet http://www.tradefair.de

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretendíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Passado e presente

A verdade e os factos, memórias de uma viagem até África, foi a nota e o espaço dos anos 60 e 70 algures no Continente Africano.

Os sofrimentos trazem comigo o horror da adolescência e as dificuldades das dolorosas lembranças de uma adolescência cujo patriotismo manteve-se como padrão cultural, no tempo, foi o serviço militar a que era obrigado, sob o segredo da justiça.

A nossa história deteve ao local, teatro de guerra colonial, a determinação, dedicação, conhecendo-nos a espontaneidade (na determinação) que serviam de cartazes, ainda de corte Estatal em Lisboa, Igreja e Estado.

Foi numa viagem ao conhecimento humano, cujos braços, pernas, olhos e outros órgãos classificados os padrões culturais de cada um no campo de batalha, com o aspecto da nossa existência, com sintomas ou sinais do tempo, permanecem na nossa qualidade de saída a história.

Existe dentro de nós, um nó dentro da nossa garganta, com sopra ino-

cente, com algum significado, o rótulo isso sim, das graves deficiências que transportamos, situação que com o passar dos anos se agravam mais é uma doença na qualidade de vida, alguns casos compreendidos e outros em fase da ansiedade por parte dos nossos deficientes, abordar hoje este assunto, importa incomodar o governo, tal papel cabe à Associação determinação nas normas legisladoras pelo nosso Estado.

Somos um farol de dolorosas lembranças para onde quer que a gente vá, há um resto no tempo e na nossa memória.

Alguns foi-lhes reconhecida directamente circunstâncias especiais, outros continuam por cumprir com alguns projectos. Nada mais que isso.

Evoluímos para a consciência, mas, a imagem ao conhecimento humanos, as deficiências continuavam, isso sim, os casos continuam necessariamente agravam-se, para quando os deficientes em serviço sentem os seus casos apresentados e atribuída identificação de serviço para campanha.

Armando Jesus dos Santos
Sócio n.º 3973

Acumulação de Pensões

Parece um tema chato, batido, virado e mexido. Há meses largos, li no jornal do ELO, que das únicas propostas apresentadas ao Sr. secretário de Estado, a única que ele deu valor foi a acumulação de pensões, mandando desde logo accionar o processo no seu Ministério perante o Ministério das Finanças. Estarei a sonhar? Ou foi mais ou menos isto. Quando eu esperava ser agora dada luz verde a esse diploma, já que coisas inúteis no meu entender, tudo foi publicado pois vêm aí as eleições, heis a resposta.

O diploma anda em apreciação com o secretário de Estado. Se com este Governo não conseguirmos, nunca mais conseguiremos.

Mais ainda, a quem interessa a inclusão do tempo antes do serviço militar ser contado para efeitos da reforma de aposentação?

Ora, se lutassem para que o serviço militar obrigatório nos fosse contado mediante o pagamento simbólico, tornando-nos cidadãos iguais aos outros e considerando a pensão um prémio de invalidez é que era correcto.

Ora, os deficientes em serviço recebem a maioria trinta e picos contos isto relativo ao tempo militar.

Se nos forem juntar o tempo pago à caixa de aposentações pouco mais ficaremos e faz-nos falta no cômputo geral para uma reforma da função pública. Eu já paguei três anos e meio à caixa antes da tropa com mais 27 depois da tropa tenho 30 anos pagos à Caixa Geral de Aposentações.

No meu caso estarão muitos camaradas que perante estas propostas ficarão a tremer tal como eu, actualmente já podia estar reformado à base do artigo de 1992 e 30 anos com tropa paga isto reforma completa.

Hoje estou arrependido ter aceite uma reforma de invalidez e ser considerado Português de 2ª e já nem sei quanto tempo me falta para me reformar.

Abel José Paulino Monteiro
sócio n.º 9095

Quotas descoordenadas

Fazendo referência à circular enviada aos sócios com quotas por regularizar, é no mínimo lamentável a descoor-

denação existente na nossa Associação.

Como pode ver pela carta em anexo que enviei à nova funcionária da Delegação (que também teve dúvidas) paguei em Outubro de 96 as quotas que agora solicitam.

Ligado ao núcleo de Guimarães como membro efectivo e activo, fui confrontado com algumas destas situações, que julgava ultrapassadas após a informatização, mas afinal está tudo na mesma ou pior, apesar da forma delicada como me pedem para pagar 3.150 escudos e voltar a ser sócio de pleno direito!!!

É preocupante a situação das quotas em atraso (conheço bem o problema, já recuperei alguns sócios perdidos) exige perseverança, sensibilidade, mas quando leio o último jornal que recebi, e vejo que na última assembleia geral houve uma proposta de Fimalicção (onde há oito meses entreguei o meu cheque) que propõe a exclusão dos sócios com um ano de atraso, só me resta pedir ponderação e lembrar às pessoas "que não é com vinagre que se apañam as moscas".

Joaquim Ribeiro Ferreira
sócio n.º 4035

SEAT

IBERPEÇAS
SOBRESSALENTES AUTÓ, LDA.

ALHAMBRA



OFICINAS / PEÇAS

RUA CIDADE DE RABAT, LTE. 2-B - 1500 LISBOA - TELF. 778 60 07
RUA HERÓIS DO CHAIMITE, LTE. 8 - 2675 ODIVELAS - TELF. 937 60 40

STANDS

AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO, Nº83 - LOJA - 2675 PÓVOA DE STº ADRIÃO
RUA ELIAS GARCIA, LTE. 8-B - VENDA NOVA - 2700 AMADORA

CONTACTOS

ALBERTO PINTO: TELF. 757 04 22 - TLM 0931 26 61 53
LUÍS MENEZES: TELF. 937 60 40 - TLM 0931 85 42 45

FOTO DO LEITOR



A foto deste mês foi enviada pelo sócio João Maria Marquês e reporta uma zona de ataque que o associado não consegue precisar pois foi ferido no local e não se recorda. No entanto, João Maria Marquês gostava de se encontrar com colegas da Companhia 704 - Batalhão 705, na Guiné. Os interessados podem contactá-lo para França: 10 Rue Mondame 45170 - Neuville aux Bois, ou para Portugal: Bairro de Stª Maria nº8 - 2260 Moita do Norte, Vila Nova da Barquinha. O vencedor deste mês receberá o livro "As barreiras invisíveis da integração".



«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

URGÊNCIAS DENTÁRIAS
&
SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 414 69 90 Lagos (082) 764189
Algés (01) 411 46 66 Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

Sócio da ADFA residente em França à conversa com o ELO

“É possível criar um Núcleo em Paris”

JOAO SILVA vive em Paris há 25 anos, é sócio da ADFA e considera que na capital francesa “há um grande desconhecimento sobre a existência da Associação”. O associado garantiu ao ELO que “Paris tem muitos potenciais sócios” e foi com base nessa informação que aproveitou para lançar uma proposta: “É possível criar um Núcleo em Paris”, para isso, concluiu, “basta colocar um anúncio no jornal A Bola, que é provavelmente, um dos maiores vínculos dos emigrantes em França ao seu país de origem”.

O associado português residente em França decidiu deixar Torres Vedras e partir “à procura de uma vida melhor”. Actualmente, é chefe de transportes numa firma francesa, no entanto, revela que começa a ter algumas dificuldades em exercer a profissão, uma vez que, explica, se sente “psicologicamente debilitado”. João Silva estava em Angola quando sofreu o seu acidente, na altura era cozinheiro e relembra que “chovia muito nesse dia [do acidente], preci-

sava de acender a fogueira e a lenha estava molhada”. Tudo aconteceu depois de pedir ao capitão autorização para atear o fogo com gasóleo, é que o gasóleo que chegou às mãos do ex-militar tinha gasolina misturada e explodiu quando entrou em contacto com o lume. O acidente só não atingiu proporções ainda mais graves porque por instinto João Silva se terá virado de costas no momento da explosão. Mesmo assim, o associado sofreu queimaduras de terceiro grau.

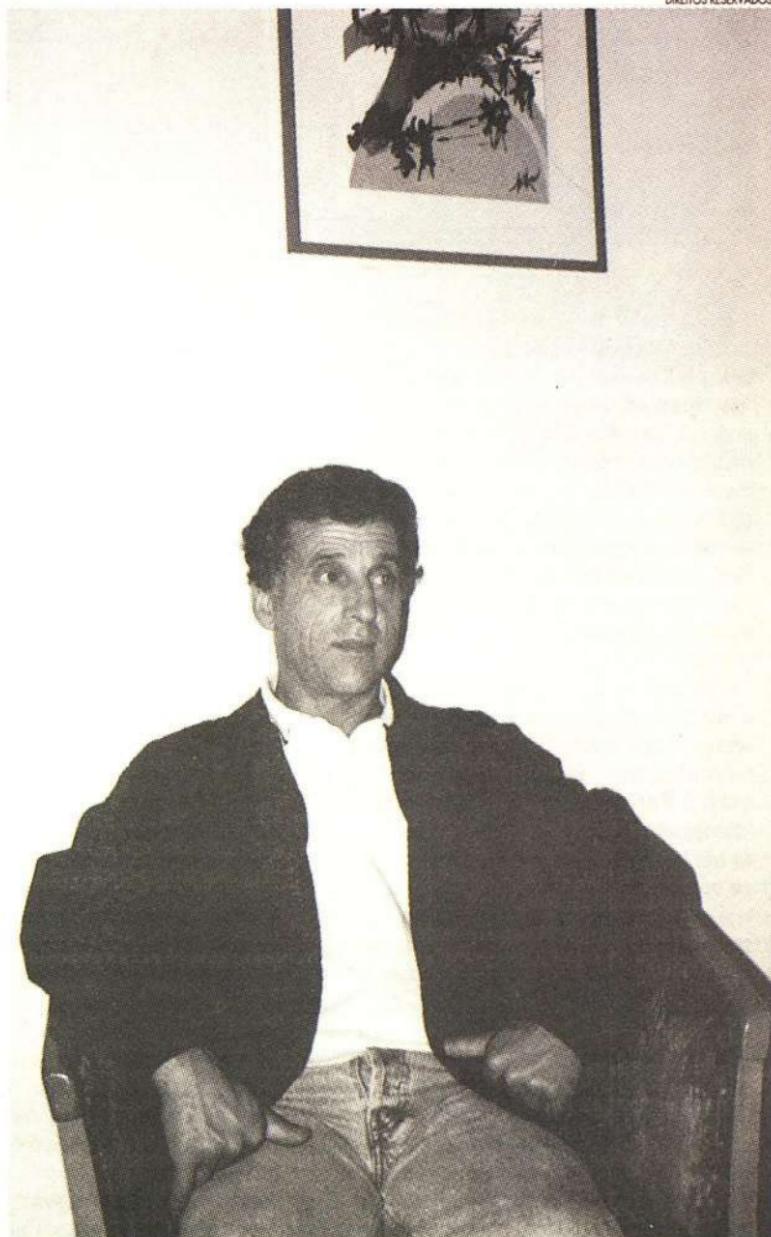
O auxílio da ADFA

Até há cerca de sete anos, altura em que o emigrante se dirigiu à ADFA, nunca ninguém lhe tinha dado qualquer explicação sobre a possibilidade de uma pensão. Pediu então reabertura do processo e, desde aí, já foi sujeito a juntas médicas que, no entanto, dão-lhe apenas uma desvalorização de cinco por cento, medida que João Silva considera “simplesmente ridícula”.

Hoje, paralelamente ao seu problema físico, este sócio diz-se psicologicamente afectado. Às constantes perdas de memória juntam-se insónias, pesadelos e, por vezes, uma irritabilidade sem motivo aparente. Face a estes sintomas, os médicos dizem tratar-se de uma tensão nervosa. A verdade é que, de acordo com João Silva, “a situação tem vindo a criar desequilíbrio familiar”.

O sócio, que não recebe qualquer pensão, faz algumas críticas aos serviços da ADFA, e exemplifica: “no mês de Agosto, quando os emigrantes aproveitam para visitar o país, é lamentável o facto de não se poder consultar os médicos da Associação, pois a clínica encontra-se encerrada. Por outro, lado os serviços de atendimento na Sede não encerram nesse período mas também não funcionam como deveriam”. É precisamente “para resolução destas e de outras falhas” que João Silva apresenta a sugestão da “criação de um Núcleo da ADFA em Paris”. •

Anabela Vieira



João Silva faz algumas críticas aos serviços da ADFA



Grupo Volkswagen

CARLAR, S.A.

A Carlar, S.A. oferece atendimento personalizado em toda a linha Skoda, exclusivamente para deficientes

Vendas especiais para deficientes



a **SKODA** convida-o a vir experimentar a nova gama **FELICIA**, agora equipada com:

- ❖ Direcção Assistida
- ❖ Injecção Multi-Ponto
- ❖ Novos Motores Diesel
- ❖ ABS + AirBag*

Venha a um concessionário Skoda conhecer o Felicia e o Felicia Break, dois automóveis que respondem a todas as suas necessidades. Têm espaço para tudo, facilmente acessível através das 5 portas e toda a comodidade proporcionada pela direcção assistida de série. A segurança também não foi deixada ao acaso, por isso vêm equipados com ABS e Air Bag em opção. Skoda Felicia é o automóvel feito a pensar em si.

CARLAR

R. Quinta do Almargem, 10 - 1300 Lisboa
Tel: (01) 362 06 20

António Bernardes
Delegado de Vendas Especiais para Deficientes
Telemóvel: 0936 62 60 41
Res. Telef. (063) 790267



Grupo Volkswagen



IBERLENTE

OLHOS ARTIFICIAIS (POR MEDIDA, ANTI-ALÉRGICOS, PINTADOS À MÃO E INQUEBRÁVEIS)

TESTES GRATUITOS À VISÃO E NA ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTACTO

CONSULTAS MÉDICAS DIÁRIAS GRATUITAS NA COMPRA DE ÓCULOS OU LENTES DE CONTACTO

LENTE COSMÉTICAS (PARA MUDANÇA DE COR DE OLHOS)

20% DE DESCONTO AOS SÓCIOS DA ADFA (EXCEPTO SE USUFRUIR DE OUTROS DESCONTOS OU ARTIGOS EM CAMPANHA)

UM
OLHAR
PARA
O FUTURO

Centro Ocular Iberlente, Lda. Rua Passos Manuel, 4-C — 1150 Lisboa
Telf. (01) 352 06 49 Fax (01) 357 02 37



Doutores e engenheiros

Afonso Praça

Nós, portugueses, pelamo-nos por títulos, académicos ou não, reais ou inventados. Dizer apenas "Sr. António" ou "Sra. Maria" não tem classe, não define coisa nenhuma, é excessivamente corriqueiro e plebeu. Ainda se tivéssemos, como os franceses, o Monsieur ou a Madame, ainda se, como os espanhóis, pudéssemos utilizar o Don a torto e a direito, vá que não. O problema é que nós temos apenas o Sr. e a Sra. demasiado pobre para exibir em tempo de Europa unida.

Sem título a pendurar no nome, fica-nos a sensação de uma identidade incompleta, sentimos que a vida entrou em desequilíbrio, o futuro parece uma nebulosa ou nem sequer existe. Por isso o português sonha desde criança com um título, e logo que pode inventa um título ou deixa que um título se lhe cole ao nome e à pele, sobretudo se o estatuto social ou económico vai a condizer com o título, ou o exige como complemento ornamental.

O deputado tem o 12º ano e umas vagas disciplinas de Direito? Não faz mal nenhum, ora essa, se o povo o elegeu lá teria as suas razões, e se ele não tem curso é como se o tivesse é sr. doutor. O administrador não passou do comercial, onde, entre outras chatices, apanhou um professor de Matemática que embirrou com ele? Pormenor sem importância, onde é que está a dúvida? é senhor doutor. O chefe de serviço tem o curso de uma antiga escola de Regentes Agrícolas? Pois tem, e depois o que é que lhe falta para ser igual aos outros? é sr. engenheiro. O director de pessoal seguiu a carreira das armas, mas passou cedo à reserva, ficando impedido de comandar tropas? Não faz mal, continua a ser sr. major.

Vamos para onde formos, é só doutores, engenheiros, professores, arquitectos, directores, chefes, directores-gerais, presidentes, majores, coronéis, comendadores por aí adiante. No fundo, tudo bate certo: não é preciso decorar nomes e os títulos, servindo o amor-próprio dos titulados, passam a fazer parte integrante do nome e ficam muito bem como elemento decorativo de cartões de visita.

A situação confunde os estrangeiros, sobretudo no caso dos doutores. Salvo algumas excepções, eles são de países onde se tira um curso por motivos de carreira profissional ou de simples exigência cultural e não para exibir um título. Nós fazemos exactamente o contrário e, quanto aos doutores, pensamos como os brasileiros a respeito de comendadores: é uma vergonha não ter pelo menos um na família.

Nos anos 70/80, conheci um porteiro de bar, experiente e simpático, que cumprimentava sempre os clientes que conhecia mal ou não conhecia de todo, tratando-os ora por "sr. doutor" ora por "sr. engenheiro", conforme calhava. Isso pensava eu, que era conforme calhava, mas o velho porteiro tinha apurado, ao longo dos anos, uma técnica que, dizia ele, o levava a ter em conta factores como o aspecto geral, a barba (ou ausência dela), o modo de vestir, o corte de cabelo. Uma noite esteve quase, quase a dizer-me como é que de madrugada se distingue um doutor dum engenheiro ou quais as vantagens de passar um diploma a um fabiano qualquer, eventualmente padecendo de iliteracia. Só que não foi capaz ou então achou melhor guardar para ele o segredo, e rematou: "Ó senhor engenheiro! A gente topa-os logo... E olhe que nunca me enganei, pelo menos nunca tive qualquer reclamação!"



DIRECTOR: António Carreiro
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Direcção envia protesto a ministro da Solidariedade

ADFA quer estar representada no Conselho para Reabilitação

A avaliar pelo regulamento do recentemente criado Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CN-RIPD), a ADFA não encontra representatividade nesse organismo. É que o facto da Associação abranger a polideficiência, ou seja, ter sócios com vários tipos de problemas, é uma característica que contraria a estrutura do CNRIPD, já que este conselho distribui as organizações de deficientes pelas áreas de deficiência que estas representam, não estando nenhum espaço previsto para as associações de polideficiência. Da Direcção Nacional da ADFA já seguiu o protesto para o ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues.

Logo na altura do aparecimento do CNRIPD, que o Governo criou com intenção de "proporcionar a participação dos serviços públicos, dos parceiros sociais e do movimento associativo interveniente nas áreas da prevenção, reabilitação e integração das pessoas com deficiência", a ADFA considerou "positiva" a iniciativa, mas, simultaneamente, chamava a atenção quanto ao risco que corria a forma encontrada para a composição do CNRIPD de não conduzir a "uma representação real do universo dos deficientes". Quando fez o alerta, a Direcção Nacional da Associação estava preocupada precisamente com facto das deficiências estarem divididas por áreas e não por associações. Na mesma ocasião, os responsáveis da ADFA atribuíam a ocorrência da lacuna legislativa "à não distribuição do projecto de diploma pelas organizações representativas de pessoas com deficiência". Agora, os dirigentes da Associação vão mais longe e apresentam o seu protesto directamente a Ferro Rodrigues num texto que tam-

bém se dirige ao secretário de Estado da Inserção Social, Rui António Ferreira Cunha, e ao secretário Nacional de Reabilitação, Vitorino Vieira Dias.

O documento elaborado pela Direcção Nacional da Associação e enviado para o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, começa por lembrar que a fórmula estrutural do CNRIPD não é suficientemente abrangente e, logo, "não assegura a representatividade de todo o universo de deficientes e suas organizações". Mais à frente, depois de uma breve exposição sobre a dimensão da ADFA a nível nacional - 11 delegações, 10 núcleos e 23 anos de existência - o texto chama a atenção da importância da Associação na definição de políticas de reabilitação em Portugal (lembrando o forte contributo dado na criação do Secretariado Nacional de Reabilitação, em 1977). Ainda antes da conclusão final, os responsáveis da Associação sublinham o seu espanto face a toda a situação que leva a que a ADFA não esteja representada no CNRIPD, pois, escrevem, "uma vez que o Ministério da Defesa Nacional integra o Conselho, o que pressupõe que o Governo considera que a problemática dos Deficientes Militares constitui uma preocupação nacional, mal se compreende que a ADFA, nele, não tenha assento por direito próprio". Já nas conclusões, a posição da Direcção Nacional perante toda a situação é clara: "consideramos que a ADFA deve, desde já, integrar o CNRIPD independentemente das áreas atribuídas no referido artigo terceiro, assegurando-se que o movimento associativo de pessoas com deficiência não fique amputado do empenho e participação desta Associação". Para já, a Direcção Nacional encontra-se a aguardar resposta do ministério de Ferro Rodrigues. •

Reivindicações continuam

Responsáveis da Direcção Nacional da ADFA reuniram-se, dia 4 de Setembro, com o secretário de Estado da Defesa Nacional, Júlio Pereira Gomes, com o objectivo de analisar algumas das propostas reivindicativas da Associação, relativamente à situação dos deficientes em serviço, viúvas, revisão de processos, constituição das juntas médicas da Caixa Geral de Aposentações e acumulação de pensões, tendo sido apontado o mês de Novembro como meta temporal para a resolução destas questões.

Outro dos assuntos abordado com o Governo, foi o facto de não existir ainda qualquer tipo de legislação que enquadre o chamado "stress de guerra" na tabela nacional de incapacidades, numa altura em que as tabelas de incapacidades para as Forças Armadas estão a ser revistas por uma comissão médica criada para o efeito. Uma situação que os responsáveis da Associação consideram que "não pode continuar, pois é imprescindível que a ADFA participe na elaboração das novas tabelas". Em consequência desta posição, na próxima reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, dia 3 de Outubro, estará presente um médico militar que informará a Associação dos trabalhos que a comissão tem desenvolvido. Júlio Pereira Gomes foi também informado da existência de tabelas diferentes nas participações das ADM's (Assistência na Doença aos Militares). •

Definição de estatuto

O Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR) entregou à ADFA, para esta se pronunciar, um anteprojecto de decreto-lei que visa definir o regime jurídico das Organizações Não Governamentais que actuam na área da deficiência e da reabilitação. As organizações que aderirem a este projecto, caso seja aprovado, passarão a ser tuteladas pelo Estado. Para a Associação o objectivo do diploma "parece que é estabelecer um critério para a atribuição de subsídios por parte do SNR e legitimar a representatividade das organizações". Os responsáveis da ADFA consideram que o diploma redutor, ao prever um estatuto jurídico "sensivelmente igual" ao já existente para as instituições privadas de solidariedade social, pois "limita o direito à livre associação". •

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
 TM: 0931 25 50 23
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
 TM: 0931 26 61 53

